



ANO INTERNACIONAL DAS
FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS
2021

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS



OPAS



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



Programa
Mundial de
Alimentos
Centro de Excelência
contra a Fome

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

COORDENAÇÃO GERAL

Ministério da Saúde

Gisele Ane Bortolini

Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde

Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP)

Albaneide Maria Lima Peixinho

EQUIPE TÉCNICA

Ministério da Saúde

Ana Maria Cavalcante

Ana Maria Thomaz Maya Martins

Iracema Ferreira de Moura

Jessica Pedroso da Silva

Milena Serenini Bernardes

Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP)

Albaneide Maria Lima Peixinho

Eliene Sousa

Gregory Rosa

Janaína Calu Costa

Apoio Técnico

Camila Maciente Souza

Luiz Gustavo dos Santos

EQUIPE ORGANIZADORA DOS DIÁLOGOS REGIONAIS

Ministério da Saúde

Ana Maria Thomaz Maya Martins

Iracema Ferreira de Moura

Milena Serenini Bernardes

Instituto Nacional de Câncer

Bruna Pitasi

Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP)

Gregory Rosa

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)

Luisete Moraes Bandeira

Silvia Sousa

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Aline Czezacki Kravutschke

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
CONCEITOS	6
PANORAMA NACIONAL DAS FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS	7
Produção e abastecimento	7
Consumo e aquisição	7
Insegurança alimentar	8
SÍNTESE DOS DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS	8
Região Sudeste	9
Região Sul	14
Região Nordeste	19
Região Centro-Oeste	23
Região Norte	28
DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGENDA DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS MENCIONADOS NOS DIÁLOGOS REGIONAIS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
PROGRAMAÇÃO DOS DIÁLOGOS REGIONAIS	42
MATERIAIS DE APOIO MENCIONADOS NOS EVENTOS	44

APRESENTAÇÃO

Neste documento apresentamos a síntese dos debates realizados durante os *Diálogos Regionais sobre Frutas, Legumes e Verduras*, uma série de cinco encontros, um para cada macrorregião do Brasil, que tiveram como objetivo o compartilhamento de experiências inovadoras que fortalecem a produção, o abastecimento e o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV). Nestas oportunidades foram apresentadas as particularidades de cada região em relação aos desafios e oportunidades para a formulação e implementação de políticas e ações que promovem a saúde, a alimentação adequada e saudável e fortalecem os sistemas alimentares saudáveis, justos e sustentáveis.

Os eventos ocorreram entre os dias 24 de agosto e 14 de setembro de 2021 como parte das ações brasileiras para o Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os *Diálogos Regionais* foram organizados pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição e do Instituto Nacional de Câncer, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP), a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*United Nations Food and Agriculture Organization – FAO*), além de contar com apoio dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANS) e das instituições brasileiras de nível superior.

Para cada *Diálogo Regional* foram convidados representantes de governos locais, sociedade civil, pesquisadores, além dos parceiros já citados, que se propuseram a apresentar e debater estratégias que estimulam a cooperação horizontal para a implementação de uma agenda coordenada em prol da alimentação saudável, com especial atenção a FLV, e que seja capaz de atuar sobre os desafios impostos à conjuntura. Mesmo no contexto da pandemia de covid-19, foram apresentadas soluções exitosas para fortalecer todas as etapas, da produção ao consumo e, com isto, promover a saúde e a alimentação adequada e saudável. Os tópicos que constituem este documento são, portanto, uma síntese do conteúdo apresentado nos eventos, refletindo uma diversidade de pontos de vista, experiências profissionais e acúmulo teórico, que servirão como base para a elaboração de recomendações nacionais para avanço da agenda. Todos os *Diálogos Regionais* podem ser acessados [aqui](#).

Os eventos também fomentaram inscrições no Laboratório de Inovação: Incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras, cujo objetivo foi identificar, selecionar e divulgar experiências inovadoras desenvolvidas no Brasil que respondem a alguns desafios da agenda nos territórios e que podem ser utilizadas para apoiar a elaboração de políticas setoriais e intersetoriais e para o desenvolvimento de estratégias associadas à agenda de FLV.

Espera-se que os desafios e as possibilidades apresentadas neste documento contribuam para a formulação e implementação de ações, programas e políticas públicas que efetivamente promovam a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população.

INTRODUÇÃO

Em 2021, celebra-se globalmente o Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras, data instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de ampliar a conscientização sobre o papel desse conjunto de alimentos na saúde e nutrição humana, segurança alimentar e nutricional (SAN) e saúde planetária, além de promover alimentação e estilos de vida adequados e saudáveis(1). Para que os objetivos sejam atingidos é essencial olhar para o setor de FLV no contexto do sistema alimentar, considerando além dos benefícios nutricionais, seus benefícios sociais, econômicos e ambientais(2). Trata-se de uma oportunidade para que seja repensada a forma como nos relacionamos com os alimentos e com toda a complexa rede que vai da produção ao consumo de FLV.

O mundo vivencia hoje um fenômeno denominado sindemia global, termo que pode ser definido como a ocorrência concomitante e sinérgica das pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as quais compartilham determinantes subjacentes comuns e decorrentes também do sistema alimentar hegemônico global(3). O processo de desenvolvimento dos sistemas alimentares atuais favoreceu melhorias para a saúde humana ao longo dos anos, porém, esses mesmos sistemas alimentares têm contribuído para a epidemia global de doenças crônicas, degradado o meio ambiente e limitado a capacidade de os ecossistemas naturais serem reparados(3). É preciso, portanto, que os elementos dos sistemas alimentares, como agricultura e cadeias de abastecimento alimentar, ambientes alimentares e comportamento do consumidor, sejam foco de esforços coordenados para garantir que uma alimentação adequada e saudável esteja disponível e seja acessível física e economicamente, segura e culturalmente inclusiva(2), buscando garantir a saúde, a segurança alimentar e nutricional das famílias e o pleno Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Diante deste cenário, transformar o setor de FLV e aumentar o acesso e o consumo desses alimentos refletirá em uma melhora da nutrição da população, favorecendo um cenário em que tanto a saúde das pessoas quanto a saúde no planeta se beneficiam, desde que esse aumento aconteça de forma sustentável, evitando desperdícios, garantindo a segurança alimentar e nutricional e tornando os alimentos mais disponíveis e acessíveis. Entretanto,

fatores complexos estão associados ao consumo inadequado e insuficiente desses alimentos, incluindo determinantes sociodemográficos, culturais, econômicos e ambientais.

Com o advento da pandemia de covid-19, o mundo inteiro se viu diante de um desafio sem precedentes, que tornou ainda mais urgente a reorganização dos sistemas alimentares para que sejam mais resilientes e sustentáveis. O boletim sobre segurança alimentar frente à pandemia de covid-19 publicado pela FAO em 2020 alertou para as consequências da pandemia e recomendou aos governos nacionais que declarassem a alimentação e agricultura como atividades estratégicas, com destaque para a agricultura familiar, ressaltando o desafio da garantia de alimentos para a população(4).

No Brasil, as iniciativas de promoção, apoio e proteção à alimentação adequada e saudável são prioritárias na agenda de promoção da saúde e na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)(5). Essas iniciativas se tornam ainda mais cruciais diante de um cenário epidemiológico nacional que aponta para um conjunto de agravos decorrentes da má alimentação e do baixo consumo de FLV, como excesso de peso e outras doenças crônicas não transmissíveis que apresentam alimentação inadequada como principal fator de risco. A complexidade da integração dos sistemas alimentares é contemplada no Guia Alimentar para a População Brasileira(6), que é uma referência sobre o padrão de alimentação que promove mais saúde para a população, apresentando recomendações sobre o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, incluindo e priorizando FLV e se configurando como um importante indutor da formulação de políticas intersetoriais que impactem as condições de saúde, alimentação e nutrição da população.

Para além da difusão de mensagens e orientações e das ações de promoção da alimentação adequada e saudável que são desenvolvidas pelo setor saúde é preciso que o debate sobre os desafios para a consolidação destas recomendações seja realizado com diversos parceiros, que apoiem e contribuam para o avanço dessa agenda, e para que os alimentos sejam produzidos no Brasil e cheguem até a população, com qualidade e a preços justos e acessíveis. Viabilizar e construir iniciativas para concretizar o acesso e o consumo de FLV demanda

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

sinergia intersetorial e as experiências locais podem servir de referência para ações coordenadas e para a construção de políticas públicas que permitam o avanço dessa agenda. Nesse contexto, os *Diálogos Regionais* possibilitaram ampliar a reflexão e

repercutir experiências inovadoras e potentes de estados e municípios sobre a produção, o abastecimento e o incentivo ao consumo de FLV pela população e revelaram o potencial das experiências locais para embasar essas ações coordenadas.

CONCEITOS

SISTEMAS ALIMENTARES

Os **sistemas alimentares** incluem a articulação de complexas redes de processos, atores e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparo, consumo e descarte de alimentos, bem como seus impactos no meio ambiente, na saúde e na sociedade(2, 7, 8). Nessas redes também estão incluídas características econômicas, de governança e sustentabilidade e os impactos dos alimentos na saúde individual e populacional, uma vez que os sistemas alimentares não existem de forma isolada, mas interagem com outras redes, como saúde, energia e transporte. Para que funcionem com eficiência, os sistemas alimentares dependem de uma gestão sustentável dos recursos naturais, equilibrando oferta e demanda de alimentos, mas também promovendo a proteção ambiental.

Os **sistemas alimentares sustentáveis** promovem saúde humana, saúde ambiental, equidade e

prosperidade econômica pois têm um baixo impacto ambiental, apoiam a biodiversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional e apoiam as culturas e tradições alimentares locais, de forma que não sejam colocados em risco os fundamentos econômicos, sociais e ambientais que permitem garantir a segurança alimentar e nutricional às gerações futuras(9, 10).

Nesse contexto, frutas, legumes e verduras exercem um papel crucial na manutenção de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, já que esses alimentos não são apenas benéficos para os consumidores, mas também beneficiam o sistema alimentar, contribuindo para a aumento da biodiversidade, promovendo sustentabilidade ambiental e melhorando a subsistência de agricultores e outros atores que operam ao longo da cadeia(2).

AMBIENTES ALIMENTARES

Os **ambientes alimentares** são a interface do consumidor com o sistema alimentar(11) e abrangem o conjunto de oportunidades e condições que influenciam a forma como as pessoas adquirem, preparam e consomem seus alimentos. Eles podem ser observados a partir de dois níveis fundamentais: o macroambiente, que se relaciona com as características de produção, processamento e distribuição; e o microambiente, que se relaciona com elementos mais proximais, como disponibilidade e variedade de alimentos e tipos de estabelecimentos de comercialização, publicidade dos alimentos e

conveniência para aquisição e consumo, que por sua vez terão influência no consumo efetivo e na segurança alimentar e nutricional da população. Para que um ambiente alimentar seja considerado saudável, as condições econômicas, políticas, ambientais e socioculturais coletivas precisam estar alinhadas, conseguindo fornecer o acesso regular e permanente a uma alimentação adequada e saudável, sem interferir na garantia de outros direitos básicos. Os ambientes alimentares são influenciados pelos sistemas alimentares que os fornecem e vice-versa(12).

DESERTOS E PÂNTANOS ALIMENTARES

A classificação dos ambientes alimentares geralmente leva em consideração as informações de disponibilidade, variedade e propaganda de alimentos adequados e saudáveis, como frutas, legumes e verduras, e ultraprocessados, como bebidas açucaradas e guloseimas(13). A partir dessas informações, podem ser classificados como **desertos alimentares** as áreas que não propiciam o acesso

a alimentos adequados e saudáveis, devido à baixa acessibilidade física e financeira a pontos de venda desses alimentos(14). Já os **pântanos alimentares** são áreas geográficas com acesso desproporcional a pontos de venda de alimentos, com uma abundância de alimentos ultraprocessados, com menor preço e porções exageradas e excesso de exposição à publicidade desses alimentos(15).

PANORAMA NACIONAL DAS FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Nesta seção são apresentados brevemente os cenários de produção, aquisição e consumo de FLV no Brasil a partir de dados de inquéritos e sistemas nacionais de monitoramento. Essa introdução permite uma visão geral do panorama nacional para,

em seguida, serem apresentados os conteúdos específicos de cada macrorregião do país conforme apresentados na série de eventos que formaram os *Diálogos Regionais sobre Frutas, Legumes e Verduras*.

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Dados do Censo Agropecuário de 2017-2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que 76,8% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil pertencem à agricultura familiar(16). A participação da agricultura familiar tem importância significativa na maioria dos produtos hortícolas e em algumas espécies frutíferas(16). O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da Índia e da China, alcançando um volume de aproximadamente 45 milhões de toneladas a cada ano (17). Já o mercado brasileiro de legumes e verduras é altamente diversificado e segmentado com o volume de produção concentrado em poucas espécies, sendo a agricultura familiar responsável por mais da metade da produção(18). Sendo uma potência global na produção destes alimentos, o setor de FLV no Brasil demanda atenção para o volume de perdas e desperdício ao longo da cadeia de suprimento, tendo em vista que estes continuam a ser problemas que afetam a saúde, o bem-estar, a SAN e o meio ambiente

no país e em todo o mundo(19, 20).

A produção agrícola brasileira também é marcada pelo intenso uso de agrotóxicos nas lavouras, ocupando a terceira posição mundial em quantidade utilizada nas lavouras. A estimativa da FAO para 2019 foi de um consumo de 377.176 toneladas utilizadas na agricultura brasileira e o Censo Agropecuário havia estimado um aumento de 20,4% entre 2006 e 2017(16, 21). Os agrotóxicos podem ter impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente através da contaminação do solo, água e plantas, diminuem a biodiversidade e, em alguns casos, também reduzem o rendimento das culturas(21). Para a produção de FLV grandes quantidades destes insumos são aplicadas e estes apresentam elevadas concentrações de resíduos(22). No ano de 2020, foram registradas mais de três mil notificações por intoxicação causada por agrotóxicos agrícolas no Brasil(23).

CONSUMO E AQUISIÇÃO

Apesar da expressiva produção nacional, tanto o consumo regular (em cinco ou mais dias da semana) quanto o consumo recomendado (cinco ou mais porções por dia) de FLV são baixos em todas as capitais do país, segundo os dados do inquérito Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) realizado em 2019, que entrevistou adultos brasileiros com 18 anos ou mais(24). Em nenhum estado do país as estimativas foram maiores de 45% da população em nenhum dos dois indicadores de consumo mencionados. Os dados de consumo alimentar de crianças, disponibilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), mostram que 80% daquelas com idade entre dois e cinco anos consumiram frutas e 67% consumiram legumes e verduras no dia anterior à avaliação; já

entre o grupo de cinco a nove anos o consumo de frutas foi registrado para 74% crianças enquanto 64% consumiram legumes e verduras(25).

Dados de aquisição alimentar domiciliar coletados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) revelaram redução no *per capita* anual de hortaliças entre 2002-2003 e 2017-2018, passando de 29,0 kg para 23,7 kg(26). Em relação à aquisição de frutas, o volume teve um aumento entre 2002-2003 e 2008-2009, de 24,4 kg para 28,8 kg, com posterior redução para 26,4 kg de acordo com o inquérito mais recente(27). Alimentos ultraprocessados, por outro lado, tiveram um aumento na disponibilidade e em 2017-2018 contribuíram com 18,4% das calorias dos alimentos adquiridos pelos domicílios brasileiros, enquanto frutas foram responsáveis por 2,8% e

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

legumes e verduras por 0,9% das calorias(27).

Dados de consumo alimentar pessoal também coletados pela POF 2017-2018 revelaram que a participação relativa média de alimentos *in natura*

e minimamente processados no total de calorias consumidas no Brasil foi de 53,4%, sendo 3,1% de frutas e 1,9% de verduras e legumes. Já o consumo de alimentos ultraprocessados foi equivalente a 19,7% das calorias(26).

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Entre 2004 e 2013 o Brasil vivenciou uma redução do percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar, de 34,9% para 22,6%, segundo os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Porém, os dados da POF 2017-2018 mostraram piora na situação de insegurança alimentar no país, após o período de queda, atingindo 36,7% dos domicílios, sendo 4,9% em situação de insegurança alimentar grave, que é a definição de fome(28). A redução quantitativa de alimentos disponíveis também se reflete na capacidade de aquisição de FLV pelos moradores desses domicílios, identificada como até um terço menor do que entre aqueles em situação de segurança alimentar(28).

Com o advento da pandemia de covid-19, a situação se tornou ainda mais grave em todo o território nacional e em 2021 mais de 116 milhões de brasileiros vivenciavam algum grau de insegurança alimentar, sendo 19 milhões em situação de fome, revelando um rompimento importante com as ações que vinham contribuindo para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada(29). Esses dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança

Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, cujos resultados também mostraram que a população rural é aquela que mais sofre com insegurança alimentar; nas áreas urbanas, o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave foi estimado em 8,5%, enquanto nas áreas rurais o percentual foi de 12%. Essa situação é agravada pela indisponibilidade adequada de água para produção de alimentos e para os animais. Entre a população de agricultores familiares/produtores rurais, a situação de fome atingiu 14,3% dos indivíduos e apenas 34,8% destes encontravam-se em situação de segurança alimentar. As estimativas do estudo "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil" indicaram uma redução de 40% na frequência de consumo de frutas e 36,8% no consumo de legumes e verduras em 2020(30). A pandemia de covid-19 levou a rápidas mudanças nos ambientes alimentares, que por sua vez tiveram impacto nas práticas alimentares de toda a população, atingindo de maneira desproporcional as populações vulneráveis.

SÍNTESE DOS DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

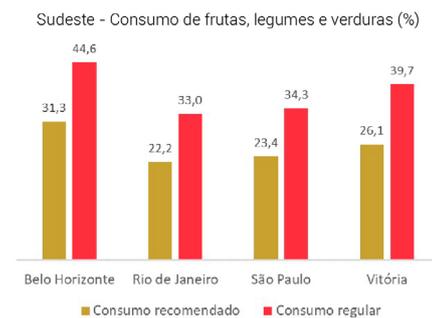
No contexto brasileiro, devido a características ambientais, econômicas e sociais, cada macrorregião apresenta condições e desafios particulares, ao mesmo tempo em que muitas potencialidades têm sido desenvolvidas para avançar na agenda. Para que as políticas públicas sejam efetivas é preciso que considerem essas particularidades, além de atuar nos determinantes estruturais da agenda. Nas páginas a seguir, apresentamos brevemente algumas características relacionadas à produção e

ao consumo de FLV com enfoque regional, a síntese dos conteúdos apresentados nos *Diálogos Regionais* e os desafios da agenda identificados nos debates a partir das apresentações realizadas nos eventos. Os desafios identificados que são comuns a mais de uma região são apresentados em uma seção específica desta publicação, seguidos de possíveis ações e recomendações para a superação desses obstáculos.

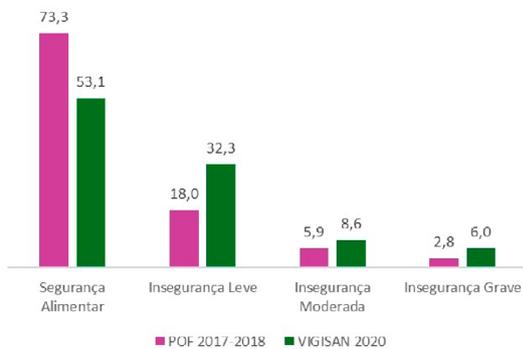
DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO SUDESTE

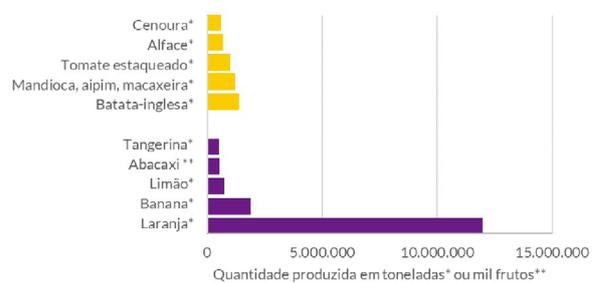
CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA REGIÃO



Percentual de adultos (≥18 anos) que consumiram cinco ou mais porções diárias de frutas e hortaliças (consumo recomendado) e que consumiram frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana (consumo regular), capitais da região Sudeste. Fonte: Vigitel 2019.



Estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e da POF 2017-2018 nas regiões Sul e Sudeste. Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.



Produção de frutas, legumes e verduras no período de outubro de 2016 a setembro de 2017 na região Sudeste. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

A elevada taxa de urbanização dos estados, a existência de desertos e pântanos alimentares decorrentes de iniquidades sociais e os preços elevados dos alimentos adequados e saudáveis são alguns dos desafios encontrados na região Sudeste, de acordo com as participantes. Além do debate em torno desses desafios, o evento abordou conceitos importantes para a compreensão dos determinantes do consumo de FLV pela população e aprofundou as definições de sistemas e ambientes alimentares.

Foi reconhecida a importância desses conceitos já terem sido referências na construção de diferentes documentos estratégicos para o fomento de iniciativas em torno da agenda de FLV, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Vídeo na íntegra disponível [aqui](#).

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ABERTURA

Gisele Bortolini (CGAN/MS)

"A ideia é mobilizar as regiões para tentar identificar experiências bem-sucedidas que hoje estejam acontecendo nos estados e nos municípios em dois grandes eixos: a gente quer saber o que está sendo feito no eixo de produção e de abastecimento assim como o que está sendo feito no eixo do consumo, para inspirar uma futura agenda nacional para que de fato nós possamos concretizar o direito humano à alimentação e fazer com que todos os brasileiros possam ter uma alimentação mais saudável."

Rafael Zavalla (FAO Brasil)

"O ano de 2021 foi escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras como uma oportunidade de repensarmos a forma como nos alimentamos. Com o avanço do novo coronavírus o mundo se viu diante de um desafio sem precedentes e é urgente repensarmos como transformar os nossos sistemas para que sejam mais resilientes e sustentáveis. Todos nós temos um papel a desempenhar frente a esse desafio, que fique muito claro."

Elaine Pasquim (MCTI)

"No Ministério de Ciência e Tecnologia a segurança alimentar e nutricional está pautada em alguns documentos como a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, o plano de ação de Ciência, Tecnologia e Inovações, e recentemente uma portaria publicada pelo Ministério vincula a segurança alimentar e nutricional como um dos eixos da política de Ciência Tecnologia voltada para a qualidade de vida. Todas essas normativas reforçam as nossas ações que têm sido no sentido de articulação de redes de pesquisadores, junto à sociedade civil e aos governos locais, para que a academia e a ciência possam contribuir na resolução dos problemas locais e na tomada de decisão dos gestores."

APRESENTAÇÕES

Camila Borges (Nupens/USP e NEPA/Unicamp)

"O que é determinante do consumo de alimentos principalmente de frutas e hortaliças no Brasil é a questão do preço. (...) O primeiro [estudo] traz o resultado que a redução do preço de frutas e hortaliças, tanto pelo apoio à cadeia de produção dos alimentos, quanto por medidas fiscais, é um promissor instrumento de política pública capaz de aumentar a participação desses alimentos na dieta brasileira."

"Outro aspecto importante que a gente tem quando a gente fala de acesso a frutas, legumes e verduras é a cadeia varejista, (...) quase 50% dos brasileiros atualmente adquire os alimentos de supermercado e quando a gente olha para os resultados desse estudo e vê basicamente o grupo dos *in natura* e minimamente processados a gente vê a grande contribuição dos mercados informais, dos pequenos produtores e feiras livres para aquisição de frutas, legumes e verduras no Brasil, então existe uma grande discussão (...) que aquisição da alimentação nos supermercados contribui para maior acesso e a maior compra também de alimentos ultraprocessados e eu destaco também o outro lado, o quanto outras formas de aquisição e outros tipos de comércio também contribuem para a questão dos alimentos saudáveis no Brasil."

"(...) a gente desenvolveu uma série de ferramentas e de indicadores para avaliar o ambiente alimentar e a gente já fez algumas aplicações desses instrumentos e dessas ferramentas no município de Jundiaí, interior de São Paulo, então a gente já verificou, por exemplo, nesse município, nas periferias há 22 vezes mais estabelecimentos vendendo produtos ultraprocessados do que alimentos *in natura*, como frutas, legumes, verduras, cereais e leguminosas."

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Milene Pessoa (GEPPAAS/UFMG)

“O que a gente tá chamando de comércio saudável são os estabelecimentos que vendem prioritariamente as frutas, verduras e legumes, e a gente observa aqui uma concentração de [desses] estabelecimentos, e também maior consumo, nessa região aqui que é a região centro-sul e uma parte aqui da região oeste, que é uma região com menor vulnerabilidade socioeconômica na cidade.”

“Quando a gente procura a palavra ambiente na Política [Nacional de Alimentação e Nutrição] a gente pode identificar em vários locais a citação da palavra ambiente e aqui eu quis ressaltar que a publicação de 2012 já era sensível à questão dos ambientes alimentares, mesmo que em alguns pontos a narrativa da Política e de suas diretrizes não sejam explícitas ou não incorporem diretamente a conceituação mais utilizada no momento sobre a temática.”

COMENTÁRIOS

Semíramis Domene (UNIFESP/SP)

“Foram falas que se complementaram e trouxeram um mosaico de realizações e de experiências que evidenciam que os caminhos para a promoção do aumento do consumo de FLV e de alimentos saudáveis de uma maneira geral passam basicamente por quatro pontos: os sistemas de monitoramento, o fortalecimento dos mecanismos de controle social, a pesquisa científica para identificar os principais indicadores e ferramentas de diagnóstico e de monitoramento tanto de consumo quanto de saúde, e finalmente a decisão política para apoio e para o diálogo intersetorial poder acontecer.”

SAUDAÇÕES

Renata Siviero (CONSEA/MG)

“Eu quero fazer um destaque nesta mesa, que é uma mesa composta de mulheres, então eu acho que é muito importante destacar isso, a importância nossa, das mulheres, nesse debate e no fortalecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada.”

Renata Machado (CONSEA/RJ)

“A gente tem tido uma experiência exitosa de trabalhar essas questões regionais; apesar das nossas diferenças nós temos muitas semelhanças e esse trabalho integrado a gente tem visto como resultado muito positivo.”

Roseberg Moraes Caitano (CONSEA/ES)

“Pra mim fica grande o desafio: como atingir este Ano Internacional de Frutas, Legumes e Verduras quando a ordem do dia é enfrentamento à fome? Como trazer a realidade aos nossos objetivos aqui da tarde de hoje? Para mim ficou um desafio muito grande quando a gente pensa que tem 19 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.”

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

DESAFIOS REGIONAIS APRESENTADOS

- Intenso processo de urbanização e concentração populacional, com expressiva desigualdade territorial que reflete na distribuição de pontos de comercialização de alimentos saudáveis.
- Formação de desertos e pântanos alimentares associados a territórios mais vulneráveis.
- Elevado preço da cesta de itens básicos.
- Diminuição da produção agrícola local diante do processo de urbanização dos territórios ao longo do tempo e falta de políticas públicas que apoiem a agricultura, levando a uma necessidade de compra de FLV produzidos em outros estados.

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

As experiências relatadas no evento contemplam diferentes espaços de atuação e iniciativas que podem contribuir para melhorias no sistema alimentar local. Elas incluíram desde a produção – por meio de hortas municipais em praças e unidades básicas de saúde –, passando por políticas e ações municipais que impactam toda a cadeia de produção, até a articulação com produtores para alcançar uma parcela da população em situação de vulnerabilidade, diminuindo as distâncias entre quem produz e quem consome.

SACOLÃO POPULAR (RIO DE JANEIRO)

O projeto Sacolão Popular é fruto de uma construção articulada no estado do Rio de Janeiro e no âmbito da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) estadual, com participação de nove secretarias estaduais e contribuições do CONSEA estadual e de organizações da agricultura familiar.

A iniciativa tem como objetivo garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a preço acessível, com destaque para FLV produzidos pela agricultura familiar, às comunidades de baixa renda e carentes de estabelecimentos que comercializem esses alimentos. Para isso, ônibus foram adaptados e disponibilizados para as cooperativas de agricultores familiares, para funcionarem como canais de comercialização volante em regiões vulneráveis do estado do Rio de Janeiro.

Dezoito municípios são atendidos quinzenalmente, por três unidades móveis carregadas com três toneladas de alimentos hortifrutigranjeiros por dia. Os alimentos são comercializados a R\$1,00 por quilo e o restante do valor é subsidiado pelo estado, para que seja viável para os agricultores e o custo acessível às famílias. Para poderem usufruir, os beneficiários devem estar cadastrados no CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais, com limite de aquisição de 12 kg por semana.

Apresentado por: Luiza Trabuco (Caisan/RJ)

HORTA PARQUE CÉU ABERTO (MARICÁ/RJ)

No município de Maricá, no Rio de Janeiro, foi desenvolvida uma parceria entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca do município para o desenvolvimento e manutenção de hortas agroecológicas nas praças e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A ideia do projeto surgiu dentro do colegiado gestor da Atenção Primária à Saúde e foram implantadas hortas agroecológicas em dez das 24 UBS, que são utilizadas dentro de uma proposta terapêutica de cuidado e

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

contam com participação dos usuários na manutenção e distribuição dos produtos. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca é responsável pelo estudo do solo, apoio técnico e manutenção das hortas.

No município também estão sendo criadas as praças agroecológicas onde podem ser encontradas hortaliças, ervas e plantas medicinais, além de um canteiro com acessibilidade, adaptado para que idosos e pessoas com deficiência possam plantar e ajudar na colheita. O município prevê a implantação de três praças até o final do ano.

Maricá conta também com uma fazenda pública, com produção de FLV em larga escala, sem uso de agrotóxicos. A produção é fornecida para alimentação escolar e a produção excedente é distribuída para a população nas praças públicas. No período da pandemia, a produção estava sendo distribuída por meio de cestas básicas para as famílias dos estudantes do município.

Apresentado por: Shirley Linhares (Prefeitura de Maricá/RJ)

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (BELO HORIZONTE/MG)

Desde 1993 a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, conta com uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, cuja implantação inicialmente se deu como incentivo a programas voltados ao combate à fome e à desnutrição. A Política é organizada em quatro grandes eixos:

1. Assistência alimentar: Alimentação escolar contempla 580 unidades escolares e mais de 240 mil estudantes, fornece em torno de 18 porções de FLV por semana, patamares acima das recomendações. Mesmo com a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia de covid-19, houve manutenção de duas refeições diárias com garantia do fornecimento de FLV aos estudantes. Houve ampliação do funcionamento dos restaurantes e refeitórios populares, garantindo o fornecimento de hortaliças todos os dias e de frutas como sobremesa de duas a três vezes por semana. No município há um banco de alimentos desde 2004, que aumentou seu atendimento durante a pandemia, com estimativa de 520 toneladas distribuídas para 46 instituições, sendo aproximadamente 445 toneladas de FLV.

2. Produção: Na região metropolitana do município há intensa produção de folhosos então os programas fomentam agricultura urbana; foram desenvolvidas ações de destinação de insumos e terreno públicos para hortas agroecológicas e agroflorestas; contam com apoio da prefeitura para o sistema que articula agricultores da região na certificação participativa dos produtos oriundos da produção orgânica e de base agroecológica.

3. Comercialização e abastecimento: o município conta com 249 feiras-livres, 31 pontos de comercialização chamados Direto da Roça, 15 feiras de produtos orgânicos, 20 Sacolões Abastecer, nos quais é obrigatório o fornecimento de 16 produtos pelo preço de R\$1,49/quilo; todos os equipamentos estiveram funcionando na pandemia por serem considerados comércios essenciais.

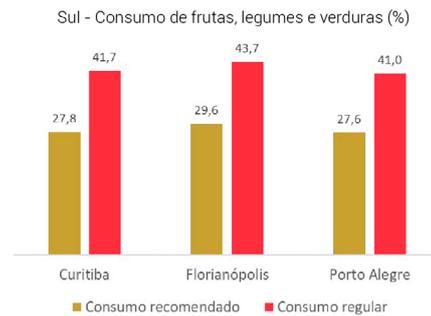
4. Formação e Educação Alimentar e Nutricional: contam com atividades e cursos de valorização da gastronomia mineira e trilhas de formação para público em vulnerabilidade social; ações de formação e educação alimentar e nutricional, incluindo uso de mídias digitais e formação de professores multiplicadores em ações intersetoriais em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com a Universidade Federal de Minas Gerais; projeto EAN em Casa disponível online.

Apresentado por: Beatriz Leandro (Prefeitura de Belo Horizonte/MG)

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO SUL

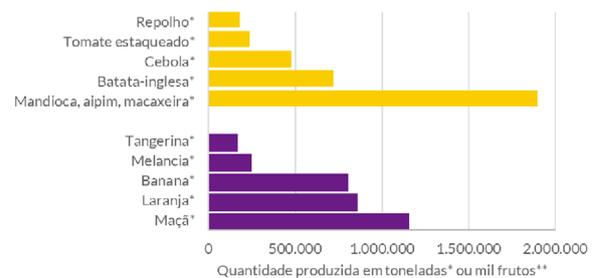
CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA REGIÃO



Percentual de adultos (≥18 anos) que consumiram cinco ou mais porções diárias de frutas e hortaliças (consumo recomendado) e que consumiram frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana (consumo regular), capitais da região Sul. Fonte: Vigitel 2019.



Estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e da POF 2017-2018 nas regiões Sul e Sudeste. Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.



Produção de frutas, legumes e verduras no período de outubro de 2016 a setembro de 2017 na região Sul. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

O evento da região Sul contemplou a análise dos sistemas alimentares, localizando as importantes alterações que vêm ocorrendo na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos no contexto da zoonose global. Foi destacada a necessidade de uma transição que possibilite o fortalecimento de sistemas alimentares saudáveis,

sustentáveis e que auxiliem no processo de mitigação das mudanças climáticas e na promoção da saúde. O papel que FLV ocupam é central no enfrentamento da zoonose e melhoria da saúde da população.

Vídeo na íntegra disponível [aqui](#).

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ABERTURA

Gisele Bortolini (CGAN/MS)

“Aproveitando o mote da campanha mundial de FLV nós iniciamos esses debates para articular com os diversos setores quais são as possíveis soluções para que de fato os brasileiros consigam colocar em prática as recomendações do Guia Alimentar. Então, a partir do setor saúde, nós conseguimos elaborar uma série de recomendações, mas é preciso sim fazer articulação com todos os setores para garantir que esses alimentos sejam produzidos, sejam acessíveis, a um preço justo e que os brasileiros possam colocar em prática as recomendações do Guia.”

Gustavo Chianca (FAO Brasil)

“O Brasil tem como suas principais atividades econômicas a agricultura e é um país com forte incidência da agricultura familiar com potencial muito grande de produção de alimentos. Tenho certeza de que as experiências que vamos conhecer aqui, que serão apresentadas por pessoas que trabalham diretamente em seus estados, dará importantes reflexões dos desafios e oportunidades da região.”

Sineide Neres (FNDE/MEC)

“Depois de seis anos praticamente (...) a gente vem debatendo junto com o Ministério da Saúde, junto com os nutricionistas, junto com WFP, junto com a FAO, junto com todos os nossos parceiros, e trazendo o conceito do Guia Alimentar para a População Brasileira para dentro da resolução do PNAE e indo um pouco além, a gente traz várias restrições, várias proibições inclusive de produtos que a gente nem considera mais um alimento, e aumentando a oferta de frutas, verduras e hortaliças.”

APRESENTAÇÕES

Potira Preiss (CONSEA/RS)

“[as pandemias de obesidade, desnutrição e as mudanças climáticas] são três cenários que estão sendo colocados como questões extremamente vinculadas à maneira como nós temos produzido, processado, distribuído e consumido alimentos, e sistemas alimentares hegemônicos, eles estão na raiz desses três grandes problemas; e para enfrentar isso nós precisamos justamente fazer um processo de transição e fortalecimento de sistemas alimentares saudáveis.”

“A gente tem também no sul do Brasil a maior expressividade de cooperativas e dentro dessas cooperativas 70% delas são formadas por agricultores familiares, o que mostra uma articulação importante dos agricultores para poder chegar ao processo de comercialização. É importante também mencionar que a relevância da agricultura familiar não se dá só pela produção de alimentos, mas pelo papel que esses atores têm também em mitigar os efeitos das mudanças climáticas, em fomentar a transição agroecológica e reduzir a pobreza e vulnerabilidade; aqui eu não posso deixar de mencionar como esse público tem sido preterido nas políticas públicas e merecia muito mais valorização e atenção.”

“Quando a gente analisa, por exemplo, a localização das feiras, sejam as agroecológicas ou convencionais, nós vamos perceber que elas estão concentradas nas áreas centrais da cidade e nas áreas onde existe população com média e alta renda, ou seja, a população com baixa renda tem novamente mais dificuldade de acessar as feiras, que são lugares reconhecidamente que comercializam frutas, verduras e legumes e muitas vezes a preços muito mais acessíveis do que supermercados ou outras formas de distribuição.”

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Oscar José Rover (LACAF/UFSC)

“Do ponto de vista da produção, (...) quando a gente pensa que atividades têm melhor rentabilidade por área, as frutas, legumes e verduras, depois de flores e outras poucas, elas estão entre aquelas que dão melhor resultado econômico por área produzida, isso quer dizer que para os pequenos agricultores elas têm um potencial muito grande.”

“Os estudos que têm estudado percepção de consumidores têm identificado uma crescente percepção deles, seja quanto à relação entre a importância do alimento na sua saúde, seja na importância da diversidade alimentar, e aí as frutas, legumes e verduras como um fator chave para garantir essas questões ligadas à saúde.”

“O que nós temos visto é que há uma crescente demanda seja pelos orgânicos, agroecológicos, em função dos elementos já citados e, nesse sentido, uma busca muito forte dos consumidores para comprar esses produtos orgânicos e agroecológicos diretamente dos produtores e os dados têm mostrado que essa busca por compra direta tem crescido muito entre os consumidores.”

“Quando se trata dos orgânicos, os consumidores que estão nesses contextos mais urbanizados têm colocado como principais demandas para o acesso a esses produtos esses quatro itens que estão aqui e diversos estudos têm mostrado isso, seja regularidade de oferta, diversidade de oferta de produtos - e aí os FLV são centrais nisto -, a questão dos preços, (...) uma outra demanda dos consumidores em função do seu tempo, da correria de trabalho, de um monte de coisa, é ter acesso de forma mais cômoda.”

“Essa demanda dos consumidores (...) se alinha profundamente com um conjunto de movimentos sociais que se organiza mundo a fora e que tá no Brasil em diversos contextos, que estão buscando acesso a alimentos frescos, artesanais e naturais, que estão buscando valorizar esta agrobiodiversidade, os alimentos limpos, orgânicos e agroecológicos, como eu citei antes, e uma diversidade também de movimentos, ações e iniciativas sociais para a valorização dos produtores buscando garantir preços justos e acessíveis.”

Lisete Griebeler (AGAN e CONSEA/RS)

“É muito importante trazer nessa minha fala porque é tão importante esse consumo de frutas e verduras. Todos sabemos dos nutrientes e das fibras tão importantes para o funcionamento do nosso organismo, mas nós temos uma outra questão aqui que é a presença dos xenobióticos que nós estamos expostos todo o tempo. Os xenobióticos, que são compostos que não têm valor nutritivo e são tóxicos ao nosso organismo, (...) resíduos de agrotóxicos, a questão do bisfenol-A, o BPA presente em embalagens em que ficam os alimentos, a questão dos aditivos alimentares presentes nos alimentos ultraprocessados, corantes, conservantes e antioxidantes, edulcorantes, estabilizantes, emulsificantes e todos os outros que nós conhecemos.”

“Quando falamos em algum composto tóxico que precisa ser eliminado, todo mundo pensa no detox, suco verde, que nada mais é do que o consumo de frutas e verduras.”

“Então, o que nós precisamos para ter uma dieta saudável e anti-inflamatória? Reduzir a ingestão dos nossos alimentos pró-inflamatórios, ultraprocessados e aumentar a ingestão de alimentos anti-inflamatórios que são justamente, na sua grande maioria, compostos então pelos alimentos *in natura*, frutas, verduras e legumes.”

COMENTÁRIOS

Potira Preiss (CONSEA/RS)

“[o Laboratório de Inovações] é uma iniciativa importante que está conectada com o evento que justamente traz essa resposta a essa questão que o Oscar traz de como que essas iniciativas que estão fazendo inovações em níveis locais e precisam receber mais visibilidade, mais recursos, mais atenção.”

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

DESAFIOS REGIONAIS APRESENTADOS

- Crescente demanda por produtos orgânicos encontra barreiras relacionadas ao preço.
- Abastecimento dos grandes centros urbanos com alternativas agroecológicas.
- Necessidade de ações e políticas que valorizem os produtores e viabilizem preços justos e acessíveis aos consumidores.
 - Suprir a demanda por suporte para a produção, como assistência técnica e extensão rural, fomento e créditos, legislações e apoios para facilitar venda direta e circuitos curtos de comercialização.
 - Existência de desertos alimentares nos centros urbanos e concentração de feiras e outros estabelecimentos de comercialização de FLV em áreas centrais das cidades ou próximas às populações de maior renda.

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

Nesse evento foram apresentadas iniciativas que envolvem a incorporação de experiências de produção convencional, transformando-as em ações de valorização da agroecologia para promoção de circuitos curtos de comercialização que consigam ser vantajosos tanto para produtores quanto para os consumidores. Também foi possível conhecer a importância de uma legislação municipal que destina integralmente os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para compras da agricultura familiar, impactando na economia local, na saúde de estudantes e de suas famílias. Por fim, foi apresentada a experiência de um programa multiprofissional para tratamento da obesidade, cuja criação foi incentivada pelas alterações no perfil epidemiológico da população e atualmente consegue articular diferentes setores do município.

CÉLULAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR (FLORIANÓPOLIS/SC)

A partir da implantação de cinturões verdes agroecológicos e buscando o atendimento da demanda dos consumidores por diversidade, frescor, preços acessíveis e comodidade foram pensadas estratégias de circuitos curtos como alternativas de comercialização com políticas de preços justos. Foi então desenvolvido o projeto de células de abastecimento alimentar, que são pensadas em duas perspectivas, as células de consumidores responsáveis e as células de restaurantes responsáveis.

As células de consumidores já estão funcionando e contam com um ponto de entrega (como escola, centro comunitário, universidade), um grupo de produtores para fornecer os alimentos e um grupo de consumidores. Em 2021, Florianópolis conta com 12 células, que oferece mais de 500 cestas semanais, tem 100 consumidores em lista de espera, seis grupos de agricultores abastecendo (mais de 60 famílias) que produzem aproximadamente 10 toneladas de alimentos ao mês. Atualmente, o grupo está trabalhando com ações junto a restaurantes e outros serviços de alimentação para implantar o mesmo modelo.

As iniciativas se mostraram efetivas, entretanto, exigem um grande preparo e suporte aos agricultores, como assistência técnica e extensão rural, fomentos e créditos para melhor organização de produção e oferta para não ficarem restritas às ações demonstrativas.

Saiba mais:

<https://celulasconsumo.ufsc.br>

https://www.instagram.com/ccr_celulasconsumo

Apresentado por: Oscar José Rover (LACAF/UFSC)

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ITATI/RS)

O município de Itati, no litoral norte do Rio Grande do Sul, desde 2019 destina 100% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compras da agricultura familiar. Desde 2017, encontram-se em processo de aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando valorizar a agricultura familiar e o agricultor, com aumento do consumo de FLV nas escolas, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. A lei resulta da articulação entre comunidade, agricultores e cooperativas.

Anteriormente a essa iniciativa, os agricultores comercializavam seus produtos diretamente na CEASA e recebiam parcelas consideradas muito baixas em relação ao que avaliavam ser o justo. A destinação integral dos recursos do PNAE possibilitou a inclusão diária de FLV no cardápio da alimentação escolar, contemplando mais de 40 variedades de alimentos produzidos na cidade, incluindo orgânicos e produtos nativos da agrobiodiversidade local, como açaí-juçara. Outros avanços na interface entre saúde e educação também têm sido observados, assim como o envolvimento da comunidade escolar, estudantes e famílias em ações de educação alimentar e nutricional.

Apresentado por: Samanta Sparranberger (Prefeitura de Itati/RS)

PROGRAMA MULTIPROFISSIONAL DE TRATAMENTO DE OBESIDADE (PARANAÍ/PR)

A partir dos dados de monitoramento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) que revelaram alta prevalência de obesidade no município de Paranavaí, no Paraná, foi desenvolvido o Programa Multiprofissional de Tratamento de Obesidade (PMTO), no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

O programa conta com equipes multidisciplinares (medicina, enfermagem, odontologia, nutrição, psicologia e educação física) para manejo da obesidade e são realizadas reuniões em grupo para orientação. É utilizada a abordagem cognitivo-comportamental, com atividades ao longo de 16 semanas, incluindo grupos terapêuticos e de atividade física coletiva, avaliação de exames bioquímicos, testes de aptidão e condicionamento físico, avaliação do consumo alimentar, qualidade de vida, ansiedade e depressão.

O projeto conta com a parceria da Secretaria de Esporte e Lazer e da universidade, através do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, que fornece orientações para horta caseira, e do curso de gastronomia. Os principais materiais de referência são o Guia Alimentar para a População Brasileira e a publicação "Na cozinha com frutas, legumes e verduras", também organizada pelo Ministério da Saúde em 2016. No prédio em que realizam as atividades foi criada uma horta e ainda promovem o incentivo à compra dos produtores locais.

Apresentado por: Raquel Tomiazzi (Prefeitura de Paranavaí/PR)

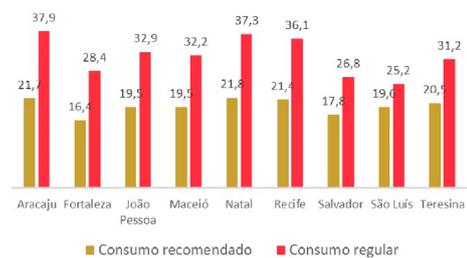
DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO NORDESTE

CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA REGIÃO



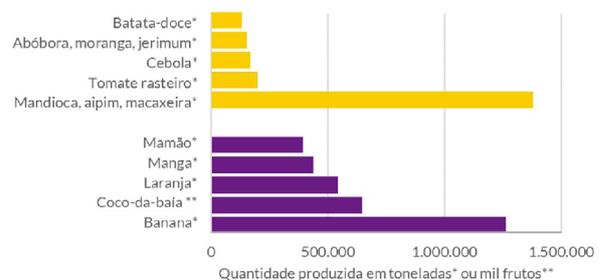
Nordeste - Consumo de frutas, legumes e verduras (%)



Percentual de adultos (≥18 anos) que consumiram cinco ou mais porções diárias de frutas, legumes e verduras (consumo recomendado) e que consumiram frutas, legumes e verduras em cinco ou mais dias da semana (consumo regular), capitais da região Nordeste. Fonte: Vigitel 2019.



Estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e da POF 2017-2018 na região Nordeste. Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.



Produção de frutas, legumes e verduras no período de outubro de 2016 a setembro de 2017 na região Nordeste. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

O evento da região Nordeste foi marcado por discussões em torno dos sistemas alimentares e a importância da rede de atores sociais, normas e interações que se retroalimentam, com foco na importância da valorização da biodiversidade regional para compreensão da jornada do alimento desde a produção até o consumo. Foram apresentadas as

características ambientais, que revelam uma região marcada pelo semiárido e pela caatinga, biomas que favorecem o crescimento de plantas estratégicas no contexto de mudanças climáticas e de necessidade de sistemas alimentares mais resilientes.

Vídeo na íntegra disponível [aqui](#).

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ABERTURA

Rafael Zavalla (FAO Brasil)

“A região Nordeste é muito rica em termos de diversidade alimentar desde frutas, legumes e verduras – as quais estão muito bem representadas no livro Alimentos Regionais Brasileiros do Ministério da Saúde e que convido a todos vocês a ler – e aos hábitos alimentares nordestinos, que refletem parte da história e da cultura da região. Esse é um ponto importante para a transformação alimentar, onde priorizamos a diversidade e damos mais tempo e atenção para as nossas refeições; no entanto, dados do IBGE ainda mostram que precisamos avançar no incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, não só no Nordeste, mas em todo o Brasil e toda América Latina.”

Paloma Abelin (CGAN/MS)

“É fundamental viabilizar e construir estratégias para concretizar a possibilidade do acesso e do consumo a frutas, legumes e verduras; mas sabemos que essa é uma agenda que demanda energia política intersetorial, demanda criação de oportunidades locais para garantia da alimentação adequada e saudável e que essa agenda está fundamentada no Guia Alimentar para a População Brasileira, um marco importante dentro da PNAN, do ano de 2014.”

APRESENTAÇÕES

Michelle Jacob (LabNutrir/UFRN)

“Eu posso dizer que são quatro razões que fazem com que a biodiversidade tenha um potencial importante para transformar sistemas alimentares: primeiro é que o aumento da biodiversidade possui uma relação direta com a qualidade das dietas, e também com a estabilidade do fornecimento de alimentos no contexto da segurança alimentar, e ainda com resiliência as mudanças climáticas, e também resiliência frente a surtos zoonóticos.”

“Eu vejo um potencial muito grande de um grupo específico de plantas que são as leguminosas arbóreas e eu dou duas razões principais para isso: primeiro as leguminosas são plantas da família botânica Fabaceae e que possui um perfil proteico muito interessante em termos nutricionais, o que é super relevante nesse contexto em que vivemos hoje, onde a redução do consumo de carne é urgente pela questão climática ou às vezes uma imposição pela questão da pobreza; e segundo, as plantas arbóreas são estratégicas para lidar com as mudanças climáticas porque, pelo seu porte, as árvores são mais resilientes à escassez hídrica do que arbustos e ervas. Em resumo, a minha opinião, eu que venho estudando esse tema há alguns anos, é a seguinte: a comida do futuro nasce em vagens e em árvores.”

“O resgate da diversidade biológica – as plantas – sem o resgate da diversidade cultural – receitas – só nos apresentará metade da história, então sem esse conhecimento tradicional associado a essas plantas a gente não vai saber como usá-las, então por isso que é tão importante a gente fazer esse resgate a gente precisa, para fazer isso, de estudos antropológicos.”

“Do meu lugar de fala de professores cientistas eu digo o seguinte: nós não vamos avançar na agenda de frutas, legumes e verduras se nós não tivermos condições de fazer pesquisa para lidar com os desafios que eu listo aqui - prospectar alimentos, prospectar conhecimentos associados, analisar alimentos, experimentar políticas e comunicar o complexo.”

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Maria Alice Araújo Oliveira (FANUT/UFAL)

"Meu maior desafio foi encontrar os dados que dessem esse panorama da situação no Nordeste e uma das coisas que nós identificamos foi que quando a gente começa a estudar o assunto, começa a perceber que a agricultura familiar é quase invisível nesse censo agropecuário de 2017, então houve uma mudança nessa política e a gente consegue, tem acesso a alguns dados, mas outros não."

"Os estabelecimentos da agricultura familiar eles têm vários problemas, ... que é a questão da infraestrutura precária, que continua precária, é histórico já né, transporte, máquinas agrícolas, e tudo mais, a questão da disponibilidade e o armazenamento de água, a água é um problema. Como é que você consegue produzir sem água? (...) mais de 60% da área do Nordeste corresponde ao semiárido, então a gente tem um problema hídrico bastante importante."

"Nós fizemos um trabalho aqui em Alagoas com assentamentos da reforma agrária e identificamos que (...) existe uma variedade bem grande de frutas nesses assentamentos e frutas que a população praticamente desconhece ou não encontra nas feiras e nos supermercados (...). Então essa biodiversidade ela existe nos assentamentos da reforma agrária e nessas comunidades rurais que a gente vai encontrar a biodiversidade que a Michelle falou tanto; então é possível que numa visita a um assentamento você vai encontrar essa diversidade."

"A informação tem que vir dos territórios, a gente precisa conhecer os territórios e precisa estimular que os profissionais, mesmo profissionais que trabalham na área de saúde, que eles procurem saber o que é que existe, o que é produzido na sua região, no seu território, para poder trabalhar com a promoção da alimentação saudável, promoção do consumo de frutas, legumes e verduras."

"Não há como falar de produção de frutas, legumes e verduras sem falar de reforma agrária, da necessidade de a gente valorizar nas nossas conversas a reforma agrária; de potencializar o acesso à água nos territórios, que a gente tem muito problema de acesso à água e os grandes conseguem ter acesso ao canal do sertão e os pequenos não conseguem porque existe uma vigilância muito grande para retirada de água; repensar a relação entre a produção alimentar e a saúde humana; e fortalecer os sistemas agroecológicos. Esse é o caminho que eu acredito."

Vanille Pessoa Cardoso (UFCG/CONSEA-PB)

"É importante a gente pensar nas questões locais e por isso que eu agradeço muito que a gente possa estar discutindo de forma localizada e regionalizada porque apesar de ser um problema do país a gente tem as questões relacionadas locais."

"Nós temos uma assimetria de poder nesses sistemas alimentares muito grande, nós temos um domínio das grandes corporações frente aos pequenos produtores, aos produtores locais, e isso gera muita desigualdade nesse sistema alimentar."

"Eu fui formada dizendo 'a gente tem que dizer às pessoas que elas têm que comer fruta' e quando chegou lá não tinha feira disponível. (...) 'Eu sei que eu preciso comer fruta, doutora, ok, mas se eu for pegar um ônibus para ir para feira, eu já gastei metade da minha feira só de transporte', então quando a gente pensa em consumo a gente tem que pensar nesses ambientes (...)."

Islândia Bezerra (FANUT/UFAL e ABA)

"O nosso desafio é também romper com estruturas racistas, sexistas e machistas que operam também no campo das políticas públicas. Por exemplo, quando a gente traz para esse debate aqui a produção de frutas, legumes e verduras de quintais produtivos agroecológicos quem é que está lá nesse cotidiano desse cuidado, desse plantio e dessa manutenção? As mulheres. Por que que as mulheres não entram nessa estrutura de mapeamento, de visibilidade do papel dessas mulheres na segurança alimentar e nutricional da família, mas também do território?"

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

DESAFIOS REGIONAIS APRESENTADOS

- Distribuição desproporcional entre a terra ocupada por grandes estabelecimentos monocultores e os da agricultura familiar.
- Escassez de assistência técnica rural e precariedade da infraestrutura para produção, expressa, por exemplo, na dependência de cisternas nas regiões do semiárido.
- Produção de FLV para consumo interno à margem das atividades de fruticultura de exportação.
- Produção expressiva de melão e manga em regiões específicas do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, porém com foco na exportação.
- Concentração das feiras livres existentes em poucos estados da região.
- Monotonia da alimentação e negligência do potencial da biodiversidade regional com baixa valorização do conhecimento tradicional para manejo e preparo das espécies nativas.
- Diminuição da produção e da área plantada de frutas, legumes, verduras, feijão e alimentos tradicionais da alimentação regional.
- Pouco conhecimento sobre a biodiversidade local e o potencial das plantas nativas.
- Dificuldade de acesso à água para consumo e produção de alimentos pela população vulnerável e pelos pequenos produtores

EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Por meio de uma chamada pública do Governo Estadual, o projeto apresentado como experiência exitosa da região Nordeste alcançou uma parcela da população muitas vezes negligenciada nos programas de segurança alimentar e nutricional, que são as famílias de agricultores. A partir da valorização dos saberes e produtos tradicionais e da articulação da própria comunidade no desenvolvimento do projeto, foi possível alcançar resultados extremamente satisfatórios para essa população.

PROJETO BAHIA PRODUTIVA - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (BAHIA)

O Projeto Bahia Produtiva surgiu a partir de um edital público dentro do plano de ação de segurança alimentar e nutricional da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional/Governo na Bahia com o objetivo de aumentar a diversidade alimentar do consumo de famílias de agricultores familiares.

A partir de uma avaliação do consumo alimentar, com diagnóstico qualitativo sobre o entendimento das comunidades sobre segurança alimentar e nutricional e Direitos Humanos, percebeu-se um baixo consumo de FLV e pouca diversidade desses produtos na alimentação. Foram então desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional, incluindo a criação de um banco de sementes, distribuição de mudas para as famílias e divulgação de informações sobre plantio, técnica dietética, preparo e valor nutricional dos alimentos. Concomitante a essas atividades, outras ações buscavam incentivar a incorporação de novos alimentos e ingredientes de mais fácil acesso, com estímulo ao resgate de receitas locais para uso dos produtos cultivados por eles e ao compartilhamento de receitas. Outra característica de destaque do projeto é o desenvolvimento de ações por agentes comunitários rurais jovens.

Como consequência das atividades, já se observa o tema da segurança alimentar e nutricional presente nas falas e nas avaliações dos participantes, assim como melhorias no consumo e na diversidade incorporada às refeições.

Saiba mais:

Todo conteúdo produzido está disponível na plataforma online: <https://sanbahiaprodutiva.com.br>

Apresentado por: Jainei Silva (VP Centro de Nutrição Funcional)

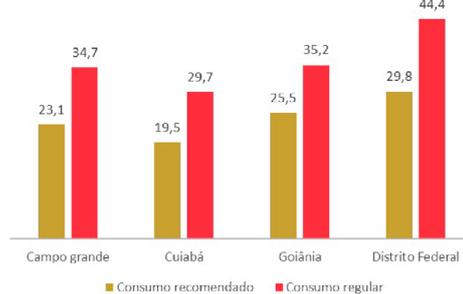
DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO CENTRO-OESTE

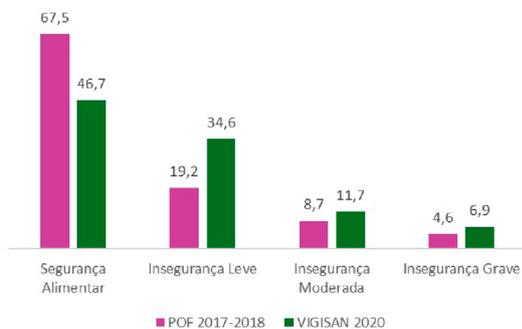
CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA REGIÃO



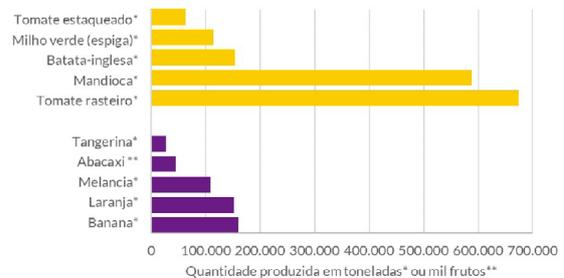
Centro-Oeste - Consumo de frutas, legumes e verduras (%)



Percentual de adultos (≥18 anos) que consumiram cinco ou mais porções diárias de frutas, legumes e verduras (consumo recomendado) e que consumiram frutas, legumes e verduras em cinco ou mais dias da semana (consumo regular), capitais da região Centro-Oeste. Fonte: Vigitel 2019.



Estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e da POF 2017-2018 na região Centro-Oeste. Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.



Produção de frutas, legumes e verduras no período de outubro de 2016 a setembro de 2017 na região Centro-Oeste. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

No Diálogo da região Centro-Oeste foram apresentadas as características dos sistemas alimentares a partir da complexidade de interações, processos e atores envolvidos, assim como a importância global que este conceito ganhou nos últimos anos. É preciso considerar os múltiplos

sistemas alimentares e os impactos diferenciados que eles exercem sobre os processos sociais, econômicos e ambientais que irão também refletir na produção, comercialização e consumo de alimentos.

Vídeo na íntegra disponível [aqui](#).

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ABERTURA

Gustavo Chianca (FAO Brasil)

“É urgente a transformação para sistemas mais resilientes, fazendo mais com menos, protegendo o meio ambiente e garantindo a alimentação saudável para todas as pessoas. No contexto internacional do Ano das Frutas, Legumes e Verduras, enquanto ainda vivemos um forte impacto da pandemia de covid-19, este diálogo é essencial para discutir soluções, trazendo experiências inovadoras e potentes no fortalecimento da produção, abastecimento e no incentivo do consumo pela população.”

Paloma Abelin (CGAN/MS)

“É pensando na intensificação dessas condições desfavoráveis [cenário de múltipla carga de doenças decorrentes da má nutrição e consumo insuficiente de alimentos saudáveis, *in natura* e minimamente processados] durante a pandemia que se torna fundamental viabilizar e construir as estratégias para concretizar a possibilidade de acesso e do consumo de frutas, legumes e verduras. Essa é uma agenda que demanda uma sinergia política intersetorial, ela demanda a criação de oportunidades locais para a garantia de alimentação adequada e saudável, e é uma agenda que está fundamentada no Guia Alimentar para a População Brasileira, que é um marco importante dentro da PNAN, de 2014.”

Cintia Castro de Paula (CGSAL/Ministério da Cidadania)

“Os Diálogos Regionais acontecem em um momento oportuno, tanto para segurança alimentar, porque é um espaço de discussão para o próprio tema da segurança alimentar e nutricional, como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que está sendo reativada. Acreditamos que a recomposição da CAISAN contribuirá para a implementação, monitoramento ou aperfeiçoamento de políticas, como as perdas e desperdício de alimentos nas cadeias de abastecimento de frutas, legumes e verduras, além da promoção da alimentação adequada e saudável na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e da segurança alimentar.”

APRESENTAÇÕES

Elisabetta Recine (OPSAN/UnB)

“O Centro-Oeste é uma das regiões do Brasil de maior produtividade agrícola e é uma produtividade agrícola muito específica, que está ligada à produção de grãos, à produção de commodities para exportação, e isso é uma identidade muito importante do sistema alimentar do Centro-Oeste porque ela condiciona algumas consequências do ponto de vista de todas as dimensões da segurança alimentar e nutricional.”

“Se você olhar o que o Centro-Oeste produz, normalmente o tipo de produção demanda propriedades de grandes extensões, intenso uso de maquinário, pouco uso de mão-de-obra, intenso uso de insumos químicos, etc.”

“É uma região que tem profundas ocorrências de conflitos por terra e de sujeitos sociais envolvidos nesses conflitos; no nosso caso, há o envolvimento importante do avanço desse tipo de produção nas comunidades, nos territórios indígenas. E o importante disso aqui, logicamente além da questão do conflito em si, que envolve violência, envolve ameaças, envolve ameaças que se concretizam, não só em lideranças que defendem suas terras, que defendem o seu território, mas isso também compõe outros tipos de disputa, por exemplo a disputa por água, que é algo cada vez mais importante. E também traz outras dimensões da violência que não só a disputa da terra em si, mas a violência ligada, por exemplo, a violência contra a mulher, a violência contra as crianças, tráfico de armas, de drogas; então você configura situações sociais extremamente complexas.”

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

“O cerrado em si, ele é, de alguma maneira, uma riqueza encoberta e, infelizmente, uma riqueza da nossa biodiversidade que também está se perdendo. Aquele avanço das grandes plantações de grãos não acontece impunemente, logicamente. Os impactos são diversos, são sociais, são econômicos, e eles também são ligados à perda da nossa biodiversidade; essa perda da biodiversidade se dá do ponto de vista genético mesmo – a perda dessas variedades – mas se dá também por um empobrecimento dos nossos hábitos alimentares, e isso é algo muito importante.”

Carla Nadai (SEMAGRO/MS)

“O Mato Grosso do Sul é sempre muito questionado enquanto importador de frutas, verduras e legumes; nós infelizmente importamos em torno de 80, 85% de tudo que nós consumimos de hortaliças, então isso é assustador (...) enquanto um estado com 35 milhões de hectares, só que 60% dessa área é destinada à produção de grão, à pecuária, então é pastagem, grãos, florestas plantadas e cana; então o que é destinado mesmo à produção de hortaliças é uma área muito pequena e essa área está na mão da agricultura familiar.”

“Hoje há um trabalho de regularização dos indígenas, hoje 30% do nosso PAA Estadual tem como beneficiário-fornecedores indígenas, e não fornecendo pouca variedade de produtos, muito pelo contrário, uma variedade bem ampla.”

COMENTÁRIOS

Elisabetta Recine (OPSAN/UnB)

“(...) Pensando um pouco no território dos principais sujeitos de uma campanha como essa, pegando a saúde, o desenvolvimento social, a educação, como esses setores, pensando do ponto de vista da política pública, como esses setores precisam de fato se aproximar, sensibilizar e se articular com os outros aspectos do sistema alimentar. A questão da produção, a questão dos canais de abastecimento, são questões fundamentais nesse processo, porque senão nós nunca vamos de fato chegar nas respostas à altura do desafio, não só de aumentar o consumo desses produtos, mas se configurar uma alimentação adequada e saudável no seu conjunto.”

“(...) Grande parte da nossa população hoje é uma população urbana que depende de canais de abastecimento que cada vez estão mais concentrados, e não só em termos de unidades ou de corporações, ele também concentra os tipos de produtos que ele comercializa; é importantíssimo também a gente pensar em canais de abastecimento popular onde a produção da agricultura familiar orgânica e agroecológica tenha mais facilidade de chegar nas comunidades urbanas.”

“(...) Não dá para pensar numa estratégia consequente e coerente de aumento de consumo de frutas, hortaliças e verduras sem pensar numa articulação séria, sistemática, sistêmica dos diferentes setores dos sistemas alimentares.”

DESAFIOS REGIONAIS APRESENTADOS

- Conflitos sociais e disputa por terra e água.
- Ocupação da área da região majoritariamente para produção de commodities e pecuária.
- Perda da biodiversidade local.
- FLV para consumo interno são oriundos de outros estados diante da produção agrícola concentrada em commodities e pastagem para pecuária.
 - Reprodução da cultura das grandes propriedades agropecuárias mesmo por famílias assentadas revelam a necessidade de ações que apresentem novas possibilidades.

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

- Desafios na regulamentação da produção de comunidades tradicionais.
- Potencial diante da diversidade de biomas na região e consequente necessidade de resgate da cultura e do patrimônio alimentar.
- Dificuldade na emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para povos e comunidades tradicionais para que participem das compras públicas.
- Diversidade de biomas nos estados demanda abordagens diferenciadas.
- Interrupção do PAA devido a questões logísticas e financeiras.
- Imensa diversidade que é invisibilizada, pensando em população muito urbanizada, como canais de abastecimentos cada vez mais concentrados em termos de corporações e tipos de produtos comercializados.

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

Iniciativas que envolvem formulação e implementação de políticas públicas, ações intersetoriais e organização coletiva de agricultores têm sido bem-sucedidas e foram apresentadas no evento da região Centro-Oeste. Por meio dos relatos, foi possível observar a importância das iniciativas para a economia, para o processo de trabalho de produção de alimentos e para melhorias na alimentação da população.

HORTAS URBANAS (GOIÂNIA/GO)

Em um trabalho conjunto do CONSEA-Goiás e CONSEA Goiânia, foram criadas hortas urbanas no município, com o objetivo de consolidar o compromisso com a agricultura familiar, buscar vínculo comunitário, além do fornecimento de cursos gratuitos sobre produção de hortaliças, visando à alimentação de famílias vulneráveis através da destinação da produção ao banco de alimentos.

São 380m² de canteiro plantado, produzindo mais 17 mil mudas, podendo chegar a 45 mil quilos colhidos a cada 45 dias. Também podem prover apoio para pequenas e grandes cooperativas para trabalhar a produção no município de Goiânia.

Trata-se de um programa com potencial gerador de emprego e renda, com produção livre de agrotóxico, e reforça o comprometimento com a agricultura familiar.

Apresentado por: Dinair Furtado (CONSEA/GO e CONSEA/GYN)

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (DISTRITO FEDERAL)

No Distrito Federal, as iniciativas para promoção do consumo de FLV são majoritariamente intersetoriais, buscando envolver diferentes áreas. São alguns exemplos das iniciativas:

- **Fórum de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas:** conhecido também como Fórum das Cantinas, o espaço foi institucionalizado por meio de uma lei distrital e um decreto e se configura como um espaço de promoção de hábitos alimentares saudáveis, mas com atuação para além das cantinas comerciais nas escolas, integrando também a sociedade civil. Atuam no âmbito da oferta, comercialização e publicidade em espaços de escolas públicas e privadas, envolvendo toda a comunidade escolar e o entorno.

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Já foram produzidos materiais de orientações e outras ferramentas digitais e avaliam alavancar a utilização de mídias sociais para alcançar uma maior parcela da população.

- **Projeto Receitas de Famílias:** uma ação da Secretaria de Saúde em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES e o Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares Saudáveis da Fiocruz Brasília que incentiva os usuários do SUS que tenham interesse em compartilhar receitas de família o façam, para que sejam incorporadas nos restaurantes comunitários do Distrito Federal e componham um e-book para divulgação.

- **Programa de Cestas Verdes (SEDES):** conecta produção local e famílias com mais necessidade através do provimento direto de produtos; mais de 62.600 cestas foram distribuídas entre janeiro e julho de 2021 através do projeto que é uma parceria com Banco de Alimentos da Ceasa e Programa Mesa Brasil do SESC. São atendidos estudantes da rede pública, entidades filantrópicas atendidas pelo PNAE, famílias beneficiárias do Programa Prato Cheio da SEDES.

- **Política Distrital de Alimentação e Nutrição:** Estabelecida do âmbito da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, apresenta uma diretriz de destaque que é a promoção da alimentação adequada e saudável e a segurança alimentar e nutricional e, mesmo sendo uma política setorial, teve como origem diálogos intersetoriais.

Apresentado por: Dilian Silva (Secretaria de Saúde do Distrito Federal)

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL REDE DE AGROECOLOGIA (MATO GROSSO DO SUL)

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) foi fundada em 2000 no município Glória de Dourados, por um grupo de produtores que estavam buscando tecnologias mais sustentáveis para as propriedades e encontraram na produção orgânica uma resposta. Ao longo dos anos, novos produtores foram se juntando, atraídos pela produção mais saudável, respeito à natureza, com menos impactos, promovendo o equilíbrio natural do sistema produtivo. O estabelecimento de parcerias estratégicas foi fundamental para o avanço da Associação.

Ao longo dos anos, várias conquistas foram alcançadas pelo grupo: em 2018 foi fundado o Centro de Formação e Apoio Tecnológico para Agricultura Familiar (CETAF), uma estrutura de formação e apoio tecnológicos para agricultores familiares; depois de uma intensa luta da comunidade, foi criada a lei municipal nº 10.087, que proíbe pulverização aérea de agrotóxicos no município; também em 2018 foi criado o centro de comercialização da rede em Dourados, com criação da cooperativa comercial da rede. O grupo consegue trabalhar com a metodologia da certificação participante, desde o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2013, como certificadora de produtos orgânicos. A atuação se dá com aplicação da metodologia participativa, especialmente através da visita de pares, o que proporciona o fortalecimento das relações de confiança e solidariedade entre os agricultores, com troca de experiência e auxílio na resolução de entraves. Desse modo, os técnicos atuam como suporte, mas o protagonismo é dos produtores. Durante a pandemia, a Associação passou pelo desafio de evitar aglomerações durante o trabalho e estabeleceu alguns protocolos para essa nova realidade, com visitas com menor número de participantes, sem prejudicar os trabalhos e os parâmetros de controle.

Apresentado por: Olácio Komori (APOMS)

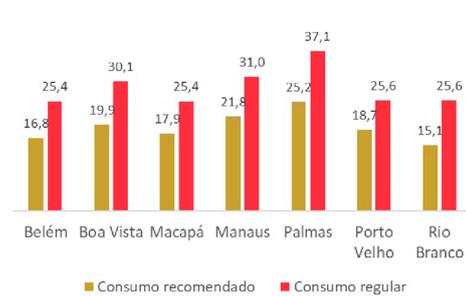
DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO NORTE

CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA REGIÃO



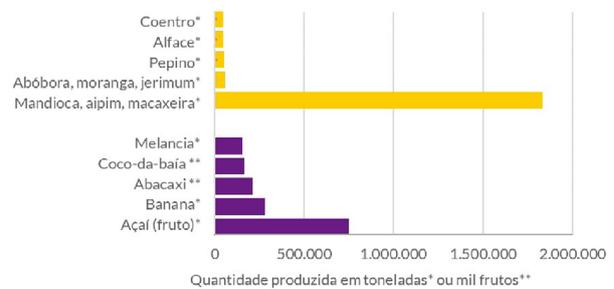
Norte - Consumo de frutas, legumes e verduras (%)



Percentual de adultos (≥18 anos) que consumiram cinco ou mais porções diárias de frutas, legumes e verduras (consumo recomendado) e que consumiram frutas, legumes e verduras em cinco ou mais dias da semana (consumo regular), capitais da região Norte. Fonte: Vigitel 2019.



Estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e da POF 2017-2018 na região Norte. Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.



Produção de frutas, legumes e verduras no período de outubro de 2016 a setembro de 2017 na região Norte. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

A região Norte do Brasil ocupa mais de 45% do território nacional e é habitada por 8,6% da população brasileira. Trata-se de uma região marcada por desigualdades em pontos estruturais, como disponibilidade da rede geral de abastecimento de água, dificuldades logísticas e de transporte, alta densidade de moradores por domicílio e menor renda domiciliar média, tendo todos os estados estimativas

abaixo da média nacional. Essas características foram abordadas no evento, possibilitando a contextualização e identificação de alguns desafios para a produção, abastecimento, distribuição e comercialização de FLV na região.

Vídeo na íntegra disponível [aqui](#).

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ABERTURA

Gisele Bortolini (CGAN/MS)

“Em função do Ano Internacional de Frutas, Verduras Legumes, junto com diversos parceiros (...) nós iniciamos um debate nacional para pensar soluções, porque para colocar em prática as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, que incluem o consumo de frutas e verduras, nós precisamos de políticas públicas na área de produção, de abastecimento e de consumo de alimentos, então esse debate precisa ser feito de forma intersetorial para que de fato todas as políticas possam ser convergentes no sentido de apoiar a saúde da população brasileira.”

Úrsula Zacarias (FAO Brasil)

“O Brasil com sua extensa agenda nacional tem demonstrado como é possível olhar para esse setor [de frutas, legumes e verduras] de forma holística, como parte integrante do sistema alimentar, indo além dos benefícios nutricionais, mas também discutindo seus aspectos sociais, econômicos e benefícios ambientais. A região Norte em especial, a qual será debatida hoje, é uma região muito rica e conhecida não apenas pelo seu bioma predominantemente de floresta Amazônica, mas também pela sua cozinha super tradicional e repleta de sabores, heranças dos costumes indígenas; entretanto também é uma região que enfrenta graves problemas de segurança alimentar.”

Eduardo Mazzoleni (CGPLAC/MAPA)

“Além da questão da produção também nos envolvemos com a questão de consumo, de como mostrar que esses produtos precisam ter um carinho especial para que possamos ter realmente um aproveitamento muito melhor.”

APRESENTAÇÕES

Danielle Wagner (IBEF/UFOPA)

“Eu me propus nessa apresentação a trazer como uma grande questão é se os sistemas alimentares que a gente observa na região Norte produzem segurança ou produzem insegurança alimentar e nutricional. Então essa é uma pergunta que eu considero muito importante para que a gente possa avançar nos diálogos de ações pensando o fomento ao consumo e à produção também de frutas, legumes e verduras.”

“Nesse contexto de sistemas alimentares da região Norte vou falar então da existência de três subsistemas que coexistem: sistema alimentar globalizado, o sistema alimentar regionalizado, e o sistema alimentar localizado. (...) esses sistemas eles coexistem, mas essa coexistência não se dá de forma tão tranquila porque eles acabam sendo concorrentes.”

“É uma região de muito conflito (...); e que esses ambientes alimentares que estão dentro da região Norte e que são marcados por esses conflitos socioambientais, também invisibilizam a produção agroextrativista, que é um marco da região e que para gente conseguir o aumentar esse consumo de frutas, legumes e verduras é preciso trazer à tona para o debate a discussão sobre soberania alimentar, a discussão sobre o uso da terra e a discussão sobre viabilizar o acesso da população local a esses alimentos.”

Naiza Nayla Sá (FANUT/UFPA)

“A gente tem alguma produção de café, é pequena, mas tem alguma produção de café na região Norte, principalmente no Pará e Amazonas; produção de abacaxi é maior aqui na nossa região, produção de banana também; são as duas frutas que mais são produzidas na região: banana e abacaxi; maçã nós não temos

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

produção (...), manga a gente tem uma pequena produção na região se concentrando em outras regiões do país, melão também é muito baixa, quase nenhuma, e uva nós não produzimos na nossa região por causa do nosso calor."

"Apesar de nós sermos um dos maiores produtores de fruta, o Pará é o segundo maior produtor de frutas do Brasil, nós somos um dos estados que menos consomem frutas, verduras e legumes."

"Apesar da região Norte os alimentos *in natura* e minimamente processados serem mais frequentes ou ocuparem mais as calorias no total de calorias quando comparado às demais regiões do Brasil, quando a gente observa as frutas e as verduras e legumes, a gente tem uma baixa frequência desses alimentos em termos de consumo, entretanto, e isso é bem regional, quem mora na região vai entender, a farinha de mandioca e o peixe é que elevam, fazendo com que esta participação da caloria aqui dos alimentos minimamente processados e *in natura* eleve o da região Norte."

DESAFIOS REGIONAIS APRESENTADOS

- Coexistência de sistemas alimentares que competem entre si.
- Conflitos socioambientais, que impactam também nos ambientes alimentares.
- Atrelar o debate de soberania alimentar ao uso da terra e ao acesso da população aos alimentos produzidos.
 - Expansão da produção de commodities e da pecuária.
 - Baixa escala de produção de FLV.
 - Escassez de mão de obra jovem devido à migração das áreas rurais para as cidades.
 - Falta de assistência técnica e extensão rural.
 - Logística de transporte complexa que impacta no abastecimento e na comunicação entre os elos da cadeia.
 - Condições precárias no armazenamento, refrigeração e transporte dos produtos diante dos longos trajetos.
 - Falta de incentivo e invisibilidade da produção agroextrativista, que muitas vezes compete com os produtos não sustentáveis e produzidos em áreas de desmatamento.
 - Grande quantidade de atravessadores.
 - Necessidade de formação/capacitação dos povos indígenas em relação aos regulamentos e normas sanitárias exigidas no processamento.
 - Dificuldades na manutenção dos hábitos tradicionais.

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

As experiências apresentadas no evento da região Norte contemplam importantes relações entre diferentes atores em diversas etapas da cadeia da produção ao consumo, revelando a importância da articulação intersetorial e o potencial que a valorização da sociobiodiversidade local pode ter para os estados e municípios, incluindo produtores, povos e comunidades tradicionais e populações vulneráveis.

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

PROJETO BIOECONOMIA E CADEIAS DE VALOR

O Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor da GIZ no Brasil é uma continuidade de iniciativas de mercados verdes, consumo sustentável e feiras orgânicas e foi implementado com o objetivo de ampliar a comercialização de produtos de cadeias prioritárias (açai, castanha, cacau, pirarucu, dentre outras que venham a ser identificadas como prioridade) nos estados do Amazonas, Acre, Pará e Amapá. O projeto tem duração de março de 2021 a março de 2024 e as atividades são voltadas para produção, distribuição, processamento e comercialização e contemplam:

- Apoio à diferenciação do açaí nativo pela plataforma "Diálogos do açaí" que contempla múltiplos setores e possibilitará a implantação de sistema de rastreabilidade do açaí nativo;
- Apoio na criação de normas técnicas para regulamentação da produção e beneficiamento do açaí, como agroindústrias flutuantes, usando barcos e usando rios como forma de melhorar a logística;
- Apoio a criação de um sistema de qualidade da castanha para detectar aflatoxina através de um sistema integrado desde o manejo, não apenas laboratorial;
- Articulação com empresas para que se engajem na região;
- Diminuição dos elos da cadeia, diminuindo quantidade de atravessadores;
- Formação de empreendimentos para atendimento via e-commerce;
- Potencialização de políticas públicas para escoamento da produção (por exemplo: Prêmio do Escoamento da Produção/CONAB que é um subsídio para logística e poderia ser implementada para cadeias da sociobiodiversidade);
- Parcerias com setor empresarial;
- Aplicação da norma técnica do Ministério Público Federal para autoconsumo (Catrapovos);
- Editais específicos (por exemplo, no município de Santarém/PA forneceram apoio à primeira compra de orgânicos para escolas da primeira infância);
- Formação para gestores públicos (programa CapGestores);
- Apoio na participação de feiras e eventos; criação de vídeos e materiais de divulgação de políticas públicas; apoio na elaboração de chamadas públicas dos municípios.

Apresentado por: Tatiana Balzon (GIZ no Brasil)

PROJETO RECA (NOVA CALIFÓRNIA/RO)

O Projeto RECA é uma cooperativa e associação de produtores, implementado no município de Nova Califórnia em Rondônia, que trabalha com produtos de sistemas agroflorestais, práticas conservacionistas, produção agroecológica e orgânica, buscando bem-estar de produtores e consumidores, priorizando o não-uso de aditivos químicos no campo e nas agroindústrias, garantindo assim a segurança alimentar dos consumidores.

Na cesta de produtos são incluídas polpas de frutas 100% naturais, como graviola, maracujá, cupuaçu, açaí, acerola, e palmito pupunha, e uma parte fornecida para programas governamentais (PAA, PNAE e famílias cadastradas no CadÚnico), tanto através da cooperativa como individualmente por ação dos cooperados, além de se organizarem em uma feira.

Trata-se de um modelo de negócio sustentável para a região amazônica, com produtos da sociobiodiversidade, trabalhando com Sistema Agroflorestal certificado e proporcionando uma troca de experiência entre a comunidade, enriquecendo também a alimentação dos agricultores e toda a comunidade.

Saiba mais:

<https://globoplay.globo.com/v/2474412>

<https://www.projettoreca.com.br/>

Apresentado por: Simone Kaeffer (Projeto RECA/RO)

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS/AM

Diante de alguns dos obstáculos encontrados para conectar a produção agrícola dos povos indígenas e comunidades tradicionais com a demanda da alimentação escolar, teve início a Catrapoa – Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas. Trata-se de uma articulação de diversas entidades e organizações com o objetivo de possibilitar que os municípios realizem chamadas públicas e entregas de alimentos das próprias comunidades em escolas indígenas e, desde 2019, mais de 20 mil estudantes de 350 produtores foram contemplados.

Os desafios identificados incluíam aqueles relacionados ao cumprimento de normas sanitárias, falta de documentação, falta de conhecimento dos povos e comunidades sobre as possibilidades de comercialização e algumas más experiências prévias. A Nota Técnica nº 3/2020 emitida pelo Ministério Público Federal permitiu que produtos que passam por algum tipo de processamento, como farinha de mandioca, polpas e suco de frutas, peixes e frangos, produzidos por povos e comunidades tradicionais pudessem ser adquiridos sem passar por exigências das agências sanitárias. Desse modo, as três esferas de governo foram autorizadas a comprar diretamente dos povos e comunidades tradicionais, com menos burocracia e redução de custos de transporte, aumentando a produtividade das comunidades e movimentando a economia local ao gerar renda para as famílias.

Há perspectiva de expansão dessa iniciativa para todo o país através da criação de comissões regionais. Atualmente, os estados do Pará e Roraima, além do Amazonas, já têm comissões locais e Amapá, Tocantins e Acre estão em processo de implementação.

Saiba mais:

<https://www.youtube.com/watch?v=1Ra-8IEvjqY&t=117s>

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil>

<https://www.youtube.com/watch?v=8ZTGv9iO99o>

Apresentado por: Fernando Soave (Catrapoa/Catrapovos/MPF/AM)

HORTA DAS CRIANÇAS - CONHECENDO PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (MANAUS/AM)

O projeto Hortas das Crianças nasceu no Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), localizado no bairro Parque 10, Manaus/AM e tinha como objetivo incentivar que crianças e familiares tivessem uma experiência prática de plantação e cultivo e passassem a conhecer as plantas regionais. O incentivo do projeto veio da percepção das profissionais de que o baixo consumo de FLV pelas famílias era gerado pelo custo desses alimentos e pela baixa aceitação por parte das crianças. Foi assim que surgiu uma horta de plantas alimentícias não tradicionais, as PANCs, conjunto de cultivares que podem ser criadas em casa, geralmente de crescimento espontâneo e por isso de fácil acesso e economicamente viáveis. Alguns exemplos são: ora-pro-nóbis, vinagreira, bortalha.

Diante da necessidade de apresentar as espécies para as crianças com nomes mais fáceis de serem assimilados, as idealizadoras criaram uma cartilha do projeto e mudaram os nomes das plantas para que fossem atribuídos às personagens e a ora-pro-nóbis se tornou a Orinha, a vinagreira se transformou na Vivi. Além disso, a cartilha contempla um conjunto de receitas com linguagem divertida e simples. Desse modo, as crianças se divertem, influenciam na alimentação da família e se tornam principais atores da mudança na alimentação dentro de casa. No CAIC, a horta é também um instrumento do atendimento nutricional.

Saiba mais:

<https://gramhir.com/explore-hashtag/cartilhadortadascrianças>

Apresentado por: Monica Souto Maior (CAIC e Horta das Crianças/AM)

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

PROJETO TERRITÓRIO EM AÇÃO - HORTA FUNDO DO QUINTAL (GUARÁI/TO)

O Projeto Território em Ação - Horta fundo do quintal, é uma iniciativa da Ação da Cidadania em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, atendendo a um público de bairros periféricos, geralmente famílias de movimentos de moradia. Através desse projeto, foram desenvolvidas em torno de dez hortas caseiras para famílias com o objetivo de proporcionar a produção caseira e o aumentar o acesso às hortaliças alimentícias e plantas medicinais, utilizando equipamentos simples e improvisados, além de oferecer orientação nutricional para os moradores e incentivar a troca de vivências e saberes entre as famílias, e o compartilhamento de experiências de mudanças na alimentação.

O projeto conta com a parceria do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RuralTins) para auxílio e orientação técnica. Os próximos passos do projeto incluem a construção de uma biblioteca comunitária para incentivar e ensinar os moradores a ler.

Apresentado por: Heloiza Lias (Ação da Cidadania Guarái/TO)

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGENDA DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS MENCIONADOS NOS DIÁLOGOS REGIONAIS

Nesta seção são listados os obstáculos e desafios da agenda de FLV mencionados ao longo dos cinco Diálogos Regionais, que contemplam as etapas de produção, abastecimento, comercialização e consumo, além dos desafios conjunturais. Mesmo diante das especificidades regionais apresentadas nos eventos, muitos dos elementos citados configuram desafios comuns do contexto brasileiro, para os quais ações estruturais e coordenadas também devem ser planejadas e implementadas para que haja avanço da agenda no país.

DESAFIOS

CARACTERÍSTICAS CONTEXTUAIS E SISTEMAS ALIMENTARES

- Os sistemas alimentares são afetados pelas mudanças ambientais, urbanização acelerada, crescimento populacional e desenvolvimento tecnológico e têm contribuído para a ocorrência e agravamento da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.
- Apesar do grande potencial, os sistemas alimentares não estão oferecendo alimentação adequada e saudável para todos, o que tem contribuído com a múltipla carga de má nutrição.
- Em todas as macrorregiões brasileiras observa-se baixo consumo de FLV, com tendência à substituição de alimentos *in natura* e minimamente processados por alimentos ultraprocessados, e aumento concomitante das prevalências de excesso de peso.
- Aumento do excesso de peso em todas as faixas etárias da população, com ocorrência de obesidade concomitante à desnutrição, especialmente de micronutrientes, e elevada mortalidade por causas associadas ao elevado consumo de alimentos ultraprocessados e baixo consumo de FLV.
- O advento da pandemia de covid-19 intensificou processos que já estavam em andamento e o impacto da saúde e alimentação da população se deu de forma generalizada, porém, afetando de maneira mais intensa os grupos mais vulneráveis, com modificação dos ambientes alimentares, crise alimentar e piora dos indicadores de segurança alimentar e nutricional.
- Aumento da prevalência de insegurança alimentar em todos os níveis, sendo mais prevalentes nas áreas rurais e entre produtores agrícolas, com expressiva desigualdade regional, acometendo com mais intensidade a população das regiões Norte e Nordeste.

PRODUÇÃO

- Sistema alimentar hegemônico fortalece a não incorporação de plantas da agrobiodiversidade dos territórios, que teriam potencial de auxiliar a formação de sistemas alimentares resilientes.
- Acentuadas desigualdades na distribuição dos recursos naturais associadas à posse de terra.
- Redução dos recursos e desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.
- Intenso uso de agrotóxicos na produção agrícola nacional.
- Menor visibilidade da agricultura familiar a partir do Censo Agropecuário de 2017.

DISTRIBUIÇÃO, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

- Dinâmica do sistema de comercialização de FLV dificulta a participação da agricultura familiar.
- Dificuldades das cooperativas e associações da agricultura familiar de participarem de editais e

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

chamadas públicas de compras.

- Elevados níveis de perda e desperdício associados às condições precárias de armazenamento, refrigeração, embalagem e transporte de produtos *in natura*.
- Distribuição desigual de equipamentos de distribuição e comercialização de alimentos saudáveis nos territórios, levando à formação de desertos e pântanos alimentares nas regiões mais vulneráveis.
- Canais de abastecimentos cada vez mais concentrados em termos de corporações e tipos de produtos comercializados, contribuindo para a monotonia das dietas e aumento da comercialização de ultraprocessados em detrimento de FLV.
- Necessidade de mapeamento e avaliação do ambiente alimentar para dialogar com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.
- População brasileira ainda frequenta feiras, mas existem muitos desertos alimentares nos centros urbanos pois as feiras estão concentradas nas áreas centrais da cidade ou próximas às populações de maior renda.
- Predominância de comércios de alimentos que favorecem a aquisição e o consumo de alimento ultraprocessados, em detrimento das FLV.

CONSUMO

- Alimentação da população se torna cada dia mais monótona e o consumo se concentra em poucos itens, que muitas vezes não incluem FLV, e quando incluem não representam o potencial da agrobiodiversidade das regiões.
- Tendência de aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e redução no consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados.
- Aumento da frequência da alimentação fora do domicílio, com substituição de refeições adequadas e saudáveis por alimentos rápidos e prontos para o consumo, geralmente ultraprocessados.
- Preço elevado e comprometimento de grande percentual da renda das famílias – especialmente as mais pobres – com alimentação é um determinante do consumo insuficiente de FLV.
- Tendência de que o preço dos alimentos ultraprocessados passe a ser menor que dos alimentos *in natura* e minimamente processados.
- Desafio de alinhar preços justos que valorizem os produtores, mas que também tornem as FLV acessíveis para toda a população.

GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

- Falta de conhecimento de gestores públicos para realização de compras institucionais da agricultura familiar/produção orgânica e de povos e comunidades tradicionais.
- Redução dos espaços de diálogos intersetoriais e de controle social após a extinção do CONSEA Nacional e da não realização da conferência nacional de segurança alimentar e nutricional.

POSSIBILIDADES DE AÇÕES/RECOMENDAÇÕES/POTENCIALIDADES

Para a superação dos desafios apresentados e outros que venham a ser identificados é necessário olhar para sistemas de produção, atividades da cadeia de suprimentos, ambientes alimentares, oferta de alimentos, consumo alimentar e comportamento dos consumidores, de forma a pensar em alternativas que considerem a complexidade dos sistemas alimentares. Nesta seção são listadas recomendações e possíveis soluções para os desafios apresentados acima, que também foram apresentadas nos Diálogos Regionais, e que podem ser realizadas no âmbito das políticas públicas e outras articulações governamentais, pela sociedade civil, por trabalhadores da saúde e outros atores envolvidos nas diversas etapas do processo da produção

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

ao consumo de FLV. Apesar das especificidades regionais apresentadas ao longo do documento, muitas das soluções e recomendações para os desafios mencionados têm origem comum e podem ser articuladas para que avanços estruturais ocorram mesmo em contextos diversos.

PRODUÇÃO

- Valorização da agricultura familiar de pequena e média escala, com incentivo à diversificação produtiva, aplicação de políticas públicas já existentes e incremento de investimentos financeiros e de apoio técnico.
- Auxílio para emissão de certificação participativa e documentos para povos e comunidades tradicionais para participação nas compras públicas.
- Ampliação da discussão sobre uso de agrotóxicos e desenvolvimento de medidas de análise, monitoramento, controle e redução do uso desses insumos.
- Apoio e fomento a políticas de produção sustentáveis, agroflorestais e de resgate aos alimentos regionais e locais.
- Criação de cinturões verdes agroecológicos com valorização dos produtos dos territórios, garantindo proximidade entre produção e consumo, facilitando a venda direta e os circuitos curtos de comercialização.
- Aprimoramento e garantia de suporte para a produção, incluindo apoio para infraestrutura, assistência técnica, crédito, legislação e certificação.
- Estabelecimento de mercado para produtos do extrativismo com comprovação de origem através de selos e possibilidade de rastreamento.
- Desenvolvimento de ações produtivas em assentamentos de reforma agrária, valorizando a cultura alimentar local.
- Apoio a organizações e empreendimentos da agricultura familiar e comunidades tradicionais, como cooperativas, que podem contribuir para aumentar o potencial de venda dos produtos, com potencial de incorporação de itens da biodiversidade.

DISTRIBUIÇÃO, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

- Políticas de combate às perdas e ao desperdício de alimentos, que impactariam na redução de gases do efeito estufa, diminuiriam a pressão sobre os recursos hídricos e terrestres e poderiam aumentar a produtividade e o crescimento econômico.
- Promoção das cadeias curtas de abastecimento.
- Uso de estratégias de venda por plataformas digitais.
- Distribuição equitativa de feiras nos territórios, preenchendo a lacuna de acesso a esses equipamentos pela população de baixa renda e periféricas.
- Mapeamento dos territórios e dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, buscando identificar a localização de desertos e pântanos alimentares e das ações públicas que estejam sendo implementadas.
- Melhoria na capacidade de articulação e logística entre produtor local e varejista de alimentos.
- Criação de canais de abastecimento populares, para que a produção chegue para a população mais facilmente.
- Estabelecimento de políticas de controle dos preços dos alimentos *in natura* e minimamente processados, especialmente as FLV.
- Diminuição de impostos sobre alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável.

CONSUMO

- Mapeamento do consumo, das dificuldades de acesso, conhecimento, atitudes e percepções dos consumidores para que embasem o planejamento de políticas e ações específicas.

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

- Garantia de programas de transferência de renda para a população mais vulnerável e continuidade de políticas e programas já existentes, como PNAE e PAT, que influenciam o consumo alimentar.
- Desenvolvimento de ações emergenciais, como cozinhas coletivas e distribuição de refeições em períodos críticos como o da pandemia de covid-19.
- Suporte para novas formas de organização dos consumidores, visando se integrar em iniciativas de circuitos curtos e compra direta, como os grupos de consumo responsável.

GESTÃO

- Avaliação das desigualdades de acesso, propondo modificações em conjunto com abastecimento, saúde e agricultura.
- Fomento de processo educativo de gestores municipais e estaduais na temática de ambiente e sistemas alimentares.
- Incentivo a coletivos que incentivam o comércio justo e as compras institucionais da agricultura familiar.
- Políticas públicas e programas abrangendo ambientes públicos e privados que aumentem a oferta das FLV.
- Potencialização do PNAE para ações de educação alimentar e nutricional e incentivo e fortalecimento da produção local.
- Ampliação de compras públicas, incluindo compras via PAA, incorporando diversos ambientes institucionais e a modalidade compra com doação simultânea para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Realização de compras públicas de produtos do agroextrativismo, valorizando a cultura da região e conduzindo a alimentação de acordo com os hábitos locais nas escolas e instituições.
- Articulação intersetorial para planejamento e desenvolvimento das ações.
- Mapeamento de iniciativas e políticas públicas municipais para compartilhamento de experiências.

PESQUISA E EXTENSÃO

- Parceria com universidades para desenvolvimento de pesquisas sobre práticas alimentares e outros elementos que possam favorecer sistemas alimentares saudáveis e o aumento no consumo de FLV.
- Realização de pesquisa para prospectar alimentos, conhecimentos e saberes tradicionais associados.
- Desenvolvimento de projetos de extensão que levem a população a acessar os espaços da universidade para que ocorra intercâmbio de experiências e conhecimento.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Fomento a estratégias educativas na Atenção Primária, com valorização da presença de nutricionistas e criação de oportunidades para troca de experiências e saberes entre usuários e profissionais, trabalhando a cultura alimentar do território.
- Realização de campanhas de divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira, incluindo a utilização dos instrutivos direcionadas aos serviços de saúde da Atenção Primária.
- Potencial de utilização de espaços comunitários, buscando diálogo próximo com as escolas, serviços de saúde e outros equipamentos dos territórios.
- Articulação de projetos de extensão de articulem as atividades das universidades e outras instituições de ensino e pesquisa com a comunidade.
- Criação de oportunidades para diálogo com produtores sobre saúde do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos *Diálogos Regionais sobre Frutas, Legumes e Verduras* foram apresentados conceitos importantes para compreensão da complexa rede de fenômenos que afetam diretamente a produção, a distribuição, o acesso e o consumo desses alimentos, assim como os principais desafios e oportunidades para transformação dos sistemas alimentares, para que sejam sustentáveis, resilientes e saudáveis em diferentes contextos. De maneira sucinta, os sistemas alimentares poderiam ser definidos como uma articulação de atores e processos que contempla diversos elementos da jornada que a comida percorre até ser consumida. Entretanto, esses alimentos não têm chegado à mesa de grande parcela da população brasileira ou, quando chegam, muitas vezes conformam refeições nutricionalmente deficientes e com quantidades insuficientes de alimentos *in natura* e minimamente processados, como FLV.

Também foi bastante debatido o quanto os determinantes que fazem com que os alimentos sejam acessados e consumidos dependem de um conjunto de processos e de características que vão muito além da vontade individual. Desse modo, as ações para transformar os sistemas alimentares e promover o consumo de FLV precisam ser extrapoladas para iniciativas coletivas, incorporando processos de governança e articulações intersetoriais.

A pandemia de covid-19 intensificou os desafios do Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras diante do quadro de insegurança alimentar e fome que passou a ser presente em milhões de domicílios brasileiros. Neste contexto, tornou-se ainda mais urgente o debate sobre a disponibilidade de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, o desmonte das políticas públicas, o aumento da insegurança alimentar em todo o território nacional, e de forma muito marcada e transversal, as desigualdades regionais no país.

Os cinco *Diálogos Regionais* se complementaram e proporcionaram o compartilhamento de iniciativas e experiências exitosas, que mostram que os caminhos para uma alimentação saudável no geral e para o aumento no consumo de FLV em específico, passam por alguns pontos em comum, como valorização da agricultura familiar, redução da distância entre a produção e os consumidores, fortalecimento do controle social, utilização dos sistemas de monitoramento e informação, incentivo à pesquisa científica e comprometimento político para apoio e diálogo intersetorial.

Foi evidenciado que tanto as mudanças em pequena escala quanto as mudanças estruturais precisam ocorrer de maneira coordenada e integrada, a fim de alcançar a transição desejada para sistemas alimentares saudáveis, justos e sustentáveis. Diante da complexa rede de interações dos sistemas alimentares, cada ator tem sua função na transformação dessa realidade: os governos, por meio da implantação e fortalecimento de políticas públicas que visem ao acesso físico e financeiro e ao incentivo à produção de alimentos adequados e saudáveis; os comerciantes, na melhoria da qualidade, variedade e disposição dos alimentos; os agricultores, ao investir na produção orgânica e sustentável; e o consumidor, na organização das demandas por uma maior e melhor oferta de alimentos e de informações sobre alimentação saudável⁽³¹⁾. No nível da gestão, reforça-se a relevância de espaços intersetoriais de governança institucional como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, para que as ações coordenadas em prol da agenda de FLV sejam articuladas, fortalecidas e intensificadas.

Destaca-se ainda que as celebrações em torno do Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras ocorrem em concomitância a outras iniciativas importantes no âmbito global, incluindo a Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025), a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) e a Estratégia Global sobre Alimentação, Atividade Física e Saúde. Desse modo, estamos diante de uma gama de oportunidades para discussão e aprimoramento de ações e intervenções para melhoria da vida das populações e de todo o planeta.

A inserção do tema de produção, abastecimento e consumo de FLV no âmbito internacional já está fazendo parte de uma estratégia de incentivo ao consumo desses alimentos em projetos como o Nutrir o Futuro. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o Centro de Excelência contra a Fome do WFP, o Ministério da

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Saúde e a Agência Brasileira de Cooperação para apoiar Brasil, Peru e Colômbia na implementação de políticas capazes de reverter o quadro de múltipla carga de má nutrição, em especial a obesidade infantil, e o incentivo ao consumo desses alimentos é fundamental para a promoção da alimentação adequada e saudável nos países. No Brasil, especificamente, o conteúdo dos *Diálogos Regionais* e a coordenação dessas agendas serão guias orientadores para o desenvolvimento de estratégias associadas à agenda de FLV que contribuam efetivamente para melhorias dos sistemas alimentares do país e da saúde da população brasileira.

AGRADECIMENTOS

Os *Diálogos Regionais* só foram possíveis devido à contribuição dos Conselhos estaduais e municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e das Câmaras Intersetoriais (CAISAN); pela parceria dos professores e professoras das Universidades de Brasília e de São Paulo e das Universidades Federais de Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Paraíba, do Oeste do Pará e do Pará; e pela contribuição do Instituto de Pesquisa da Amazônia. Agradecemos a vocês por aceitarem o convite de construir os *Diálogos* nos territórios e promoverem articulações que contribuíram para a excelência do debate. Agradecemos ainda às prefeituras municipais, secretarias estaduais e organizações da sociedade civil que se disponibilizaram para apoiar e compartilhar experiências que contribuíram para enriquecer o debate.

REFERÊNCIAS

1. United Nations General Assembly. Resolution A/RES/74/244. International Year of Fruits and Vegetables, 2021. 2019.
2. FAO. Fruit and vegetables – your dietary essentials. The International Year of Fruits and Vegetables, 2021, background paper. Rome: FAO; 2020.
3. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet*. 2019;393(10173):791-846.
4. FAO. CELAC. Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia de covid-19. Santiago, Chile: FAO; 2020.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
7. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE). Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: HLPE; 2017.
8. Intini J, Jacq, E., Torres, D. Transformar los sistemas alimentarios para alcanzar los ODS. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 12. . Santiago, Chile: FAO; 2019.
9. Johnston JL, Fanzo JC, Cogill B. Understanding sustainable diets: a descriptive analysis of the determinants and processes that influence diets and their impact on health, food security, and environmental sustainability. *Adv Nutr*. 2014;5(4):418-29.
10. FAO. Sustainable food systems - Concept and framework. 2018.
11. Downs SM, Ahmed S, Fanzo J, Herforth A. Food Environment Typology: Advancing an Expanded Definition, Framework, and Methodological Approach for Improved Characterization of Wild, Cultivated, and Built Food Environments toward Sustainable Diets. *Foods*. 2020;9(4).
12. FAO. Influencing food environments for healthy diets. Rome: FAO; 2016.
13. Aparecida Borges C, Cabral-Miranda W, Constante Jaime P. Urban Food Sources and the Challenges of Food Availability According to the Brazilian Dietary Guidelines Recommendations. *Sustainability*. 2018;10(12).
14. Ministério da Cidadania. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. 2019.
15. Honório OS, Pessoa MC, Gratão LHA, Rocha LL, de Castro IRR, Canella DS, et al. Social inequalities in the surrounding areas of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis. *International Journal for Equity in Health*. 2021;20(1):168.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.
17. FAO. FAOSTAT - Crops and livestock products. Rome: FAO; [Available from: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL>]
18. Embrapa. Frutas e Hortaliças [Available from: <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira/frutas-e-hortalicas>].
19. FAO. The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction Rome: FAO; [Available from: <https://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf>].
20. Nutricional. MdCS-EdCIdSAe. Intersectoral Strategy for the Reduction of Food Loss and Waste in Brazil. Brasília: CAISAN; 2018.
21. FAO. Pesticides use, pesticides trade and pesticides indicators, 1990–2019. Rome: FAO; 2021.
22. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos [Available from: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>].
23. Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS - Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Intoxicação exógena. [Available from: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/Intoxbr.def>].
24. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

em 2019. Brasília: Ministério da Saúde; 2020.

25. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan. [Available from: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

26. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

27. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. . Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

28. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018 : análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

29. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.: Rede PENSSAN; 2021.

30. Galindo E, Teixeira M.A., de Araújo M., Motta R., Pessoa M., Mendes L., Rennó L. "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil." Food for Justice Working Paper Series, n° 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy; 2021.

31. Scaciota LL, Jaime PC, Borges CA. Comércio de alimentos – Um guia de ações para gestores e comerciantes varejistas promoverem um ambiente alimentar saudável na comunidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2020.

PROGRAMAÇÃO DOS DIÁLOGOS REGIONAIS

REGIÃO SUDESTE

Íntegra do evento disponível em: <https://youtu.be/LT-LNhh-OH4>

Moderação: Bruna Pitasi (INCA/MS)

Abertura: Rafael Zavalla (FAO Brasil); Gisele Bortolini (CGAN/MS); Elaine Pasquim (MCTI)

Apresentações:

- Panorama geral da relação entre sistemas alimentares e o acesso a frutas, legumes e verduras na região sudeste - Camila Borges (Nupens/USP e NEPA/Unicamp)
- Sacolão popular - Estratégias para distribuição, comercialização e acesso a frutas, legumes e verduras no estado do Rio de Janeiro - Luiza Trabuço (Caisan/RJ)
- Projeto Horta Parque Céu Aberto - Shirley Linhares (Prefeitura de Maricá/RJ)
- Consumo de FLV, promoção e proteção de ambientes alimentares saudáveis - Milene Pessoa (GEPPAAS/UFMG)
- Política de SAN de Belo Horizonte e promoção da alimentação saudável - Beatriz Leandro (Prefeitura de Belo Horizonte/MG)

Comentários: Semíramis Domene (UNIFESP/SP)

Saudação: Renata Siviero (CONSEA/MG); Renata Machado (CONSEA/RJ); Rosemberg Moraes Caitano (CONSEA/ES)

REGIÃO SUL

Íntegra do evento disponível em: <https://youtu.be/QPcBWkPf4hk>

Moderação: Aline Czezacki (FAO Brasil)

Abertura: Gisele Bortolini (CGAN/MS); Gustavo Chianca (FAO Brasil); Sineide Neres (FNDE/MEC)

Apresentações:

- O papel das FLV no enfrentamento das pandemias e qualificação da saúde da população - Potira Preiss (CONSEA/RS)
- Desafios e potenciais para produção e abastecimento de frutas, legumes e verduras - Oscar José Rover (LACAF/UFSC)
- Consumo de FLV e promoção de ambientes alimentares saudáveis - Lisete Griebeler (AGAN e CONSEA/RS)
- Política de Alimentação Escolar de Itati - Samanta Sparranberger (Prefeitura de Itati/RS)
- Programa Multiprofissional de Tratamento de Obesidade - Raquel Tomiazzi (Prefeitura de Paranavaí/PR)

Comentários: Potira Preiss (CONSEA/RS)

REGIÃO NORDESTE

Íntegra do evento disponível em: <https://youtu.be/egrOS5oRnsQ>

Moderação: Sílvia Voci (UFS)

Abertura: Rafael Zavalla (FAO Brasil); Paloma Abelin (CGAN/MS)

Apresentações:

- Introdução - Sistemas Alimentares - Michelle Jacob (LabNutrir/UFRN)
- Desafios e potencialidades na produção, armazenamento, distribuição, processamento e comercialização de FLV na região Nordeste - Maria Alice Araújo Oliveira (FANUT/UFAL)
- Apoio e incentivo ao consumo de FLV - Vanille Pessoa Cardoso (UFCEG/CONSEA-PB)
- Projeto Bahia Produtiva - Desenvolvimento rural sustentável - Jainei Silva (VP Centro de Nutrição Funcional)

Comentários: Islândia Bezerra (FANUT/UFAL e ABA)

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

REGIÃO CENTRO-OESTE

Íntegra do evento disponível em: <https://youtu.be/3tzumdmfQfA>

Moderação: Luisete Bandeira (OPAS/OMS)

Abertura: Gustavo Chianca (FAO Brasil); Paloma Abelin (CGAN/MS); Cintia Castro de Paula (Ministério da Cidadania)

Apresentações:

- Sistemas alimentares - características e desafios no Centro Oeste - Elisabetta Recine (OPSAN/UnB)
- Desafios para ampliar a produção de FLV no Mato Grosso do Sul - Carla Nadai (SEMAGRO/MS)
- Hortas urbanas - CONSEA-GO e CONSEA Goiânia - Dinair Furtado (CONSEA/GO e CONSEA/GYN)
- Potencialidades do DF - Dilian Silva (Secretaria de Saúde do Distrito Federal)
- Associação dos produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul - Rede de Agroecologia – Olácio Komori (APOMS)

Comentários: Elisabetta Recine (OPSAN/UnB)

REGIÃO NORTE

Íntegra do evento disponível em: <https://youtu.be/DWb-4EMqZcA>

Moderação: Dionísia Nagahama (INPA/AM)

Abertura: Gisele Bortolini (CGAN/MS); Ursula Zacarias (FAO Brasil); Eduardo Mazzoleni (MAPA)

Apresentações:

- Sistemas (agro)alimentares na região Norte do Brasil: produção de (in)segurança alimentar e nutricional? - Danielle Wagner (IBEF/UFOPA)
- Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor - Tatiana Balzon (GIZ no Brasil)
- Projeto RECA - Simone Kaeffer (Projeto RECA/RO)
- Fernando Soave (Catrapoa/Catrapovos/MPF/AM)
- Consumo de frutas, verduras e legumes, Promoção e Proteção de Ambientes Alimentares Saudáveis - Região Norte - Naiza Nayla Sá (FANUT/UFPA)
- Projeto Horta das Crianças - conhecendo plantas alimentícias não convencionais - Monica Souto Maior (CAIC e Horta das Crianças/AM)
- Projeto Território em Ação - Horta fundo do quintal - Heloiza Lias (Ação da Cidadania Guaraí/TO)

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia; **AGAN:** Associação Gaúcha de Nutrição; **CAIC:** Centro de Atenção Integral à Criança; **CAISAN:** Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional; **Catrapoa/MPF:** Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas/Ministério Público Federal; **CGAN/MS:** Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição/ Ministério da Saúde; **CONSEA:** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; **FANUT/UFAL:** Faculdade de Nutrição/Universidade Federal de Alagoas; **FANUT/UFPA:** Faculdade de Nutrição/Universidade Federal do Pará; **FAO:** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; **FNDE/MEC:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação; **GEPPAAS/UFMG:** Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde/ Universidade Federal de Minas Gerais; **IBEF/UFOPA:** Instituto de Biodiversidade e Florestas/Universidade Federal do Oeste do Pará; **INCA:** Instituto Nacional de Câncer; **LabNutrir/UFRN:** Laboratório Horta Comunitária Nutrir/Universidade Federal do Rio Grande do Norte; **LACAF/UFSC:** Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar/Universidade Federal de Santa Catarina; **MAPA:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **MCTI:** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações; **NEPA/Unicamp:** Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação/Universidade Estadual de Campinas; **NUPENS/USP:** Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde/Universidade de São Paulo; **OPAS/OMS:** Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde; **OPSAN/UnB:** Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição/Universidade de Brasília; **SEMAGRO/MS:** Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul; **UFCCG:** Universidade Federal de Campina Grande; **UFS:** Universidade Federal de Sergipe; **UNIFESP:** Universidade Federal de São Paulo.

MATERIAIS DE APOIO MENCIONADOS NOS EVENTOS

Abrafrutas - Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados. <https://abrafrutas.org/>

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>

Agroecologia em rede. <https://agroecologiaemrede.org.br/>

Almeida L et al. Fruit and vegetable consumption among older adults: Influence of urban food environment in a medium-sized Brazilian city. *Public Health Nutrition*, 24(15):4878-4887. 2021. <https://doi.org/10.1017/S136898002000467X>

Aparecida Borges C, Cabral-Miranda W, Constante Jaime P. Urban Food Sources and the Challenges of Food Availability According to the Brazilian Dietary Guidelines Recommendations. *Sustainability*, 10(12):4643. 2018. <https://doi.org/10.3390/su10124643>

Aquino JR, Alves MO, Vidal MF. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 23:97-110. 2020. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10481/1/brua_23_artigo7.pdf

Belik W. Estudo sobre a Cadeia de Alimentos. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora. 2020. https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/estudocadeiaalimentos__14.10.2020.pdf

Bello A, Faller ALK. Nutrição e Destoxificação – Bases Moleculares para a Prática Clínica. Editora Rubio, 2016.

Bombardi LM. Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>

Borges CA, Gabe KT, Jaime PC. Consumer Food Environment Healthiness Score: Development,

Validation, and Testing between Different Types of Food Retailers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(7):3690. 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18073690>

Borges CA, Jaime PC. Development and evaluation of food environment audit instrument: AUDITNOVA. *Revista de Saúde Pública*, 53(91). 2019. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053001316>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros 2ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentos_regionais_brasileiros_2ed.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. *Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf

Brasil. Presidência da República. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

Brasil. Presidência da República. Lei nº 11.947 de 16

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2016-2019 Revisado. Brasília, 2018. http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf

Carneiro FF et al (org.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021. <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>
Chaves VM et al. Challenges to balance food demand and supply: analysis of PNAE execution in one semiarid region of Brazil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 55:470-483. 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73174>

Blake C E et al. Elaborating the science of food choice for rapidly changing food systems in low- and middle-income countries. *Global Food Security*, 28: 100503. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100503>

Claro RM, Monteiro CA. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. *Revista de Saúde Pública* [online], 44(6):1014-1020. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000600005>

Cummins S. "Food deserts"—evidence and assumption in health policy making. *BMJ*, 325:436. 2002. <https://doi.org/10.1136/bmj.325.7361.436>

Curioni CC et al. Neighborhood food environment and consumption of fruit and leafy vegetables: Pro-Saude Study, Brazil. *Public Health*, 182:7-12. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2020.01.004>

Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características gerais

dos domicílios e dos moradores. 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf

do Nascimento VT et al. Famine Foods of Brazil's Seasonal Dry Forests: Ethnobotanical and Nutritional Aspects. *Economic Botany*, 66: 22–34. 2012. <https://doi.org/10.1007/s12231-012-9187-2>

Downs SM et al. Food Environment Typology: Advancing an Expanded Definition, Framework, and Methodological Approach for Improved Characterization of Wild, Cultivated, and Built Food Environments toward Sustainable Diets. *Foods*, 9(4):532. 2020. <https://doi.org/10.3390/foods9040532>

Duran A et al. The role of the local retail food environment in fruit, vegetable and sugar-sweetened beverage consumption in Brazil. *Public Health Nutrition*, 19(6): 1093-1102. 2016. <https://doi.org/10.1017/S1368980015001524>

Duran AC et al. Neighborhood socioeconomic characteristics and differences in the availability of healthy food stores and restaurants in Sao Paulo, Brazil. *Health Place*, 23:39-47. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2013.05.001>

FAO. Fruits and vegetable - your dietary essentials - The IYFV 2021 Background paper. Rome: FAO, 2021. <https://www.fao.org/3/cb2395en/cb2395en.pdf>

FAO. The Second Report on the State of the World's Plant Genetic Resources for Food and Agriculture. Rome: FAO, 2010. <https://www.fao.org/3/i1500e/i1500e.pdf>

Friedmann H. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. In: FH Buttel e P McMichael, eds. *New directions in the sociology of global development. Research in rural sociology and development*, Vol. 11. Oxford: Elsevier, pp. 229–67. 2005.

Giskes K et al. A systematic review of associations between environmental factors, energy and fat intakes among adults: is there evidence for environments that encourage obesogenic dietary intakes? *Public Health Nutrition*, 10(10):1005-17. 2007. <https://doi.org/10.1017/S1368980007665525>

Giskes K et al. Socioeconomic inequalities in food purchasing: the contribution of respondent-perceived

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

and actual (objectively measured) price and availability of foods. *Preventive Medicine*, 45(1):41-8. 2007. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2007.04.007>

Glanz K et al. Healthy nutrition environments: concepts and measures. *American Journal of Health Promotion*, 19(5):330-3, ii. 2005. <https://doi.org/10.4278/0890-1171-19.5.330>

HLPE. Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: HLPE, 2017.

Honório OS et al. Social inequalities in the surrounding areas of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis. *International Journal for Equity in Health*, 20(168). 2021. <https://doi.org/10.1186/s12939-021-01501-7>

House of Commons health committee. Obesity. 2004. <https://publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmhealth/23/23.pdf>

Huizar MI, Arena R, Laddu D. The global food syndemic: the impact of food insecurity, malnutrition and obesity on the healthspan amid the covid-19 pandemic. *Progress in Cardiovascular Diseases*, 64:105-107. 2021. <https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.pcad.2020.07.002>

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de COVID-19. 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101830.pdf>

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IDEC. Mapa Das Feiras Orgânicas. <https://feirasorganicas.org.br/>

Ipes-Food. The new science of sustainable food systems – Overcoming Barriers to Food Systems Reform. Belgium: IPES, 2015. https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf

Jacob MCM, Albuquerque UP (eds). Local food plants

of Brazil. Springer, 2021. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-69139-4>

Jacob MCM, Araújo de Medeiros MF, Albuquerque UP. Biodiverse food plants in the semiarid region of Brazil have unknown potential: A systematic review. *PLoS One*, 15(5): e0230936. 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230936>

Jacob MCM. 2021. Como cozinhamos pandemias? Sistemas alimentares para nutrição. Nupea, Recife

Jaime PC et al. Investigating Environmental Determinants of Diet, Physical Activity, and Overweight among Adults in Sao Paulo, Brazil. *Journal of Urban Health*, 88:567–581. 2011. <https://doi.org/10.1007/s11524-010-9537-2>

Kamphuis C et al. Environmental determinants of fruit and vegetable consumption among adults: A systematic review. *British Journal of Nutrition*, 96(4):620-635. 2006. <https://doi.org/10.1079/BJN20061896>

Laboratório Horta Comunitária Nutrir. <http://nutrir.com.vc>

Lopes ACS, Menezes MC, Araújo ML. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: "Uma metrópole em perspectiva". *Saúde e Sociedade [online]*, 26(3):764-773. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017168867>

Machado P et al. Is food store type associated with the consumption of ultra-processed food and drink products in Brazil? *Public Health Nutrition*, 21(1):201-209. 2018. <https://doi.org/10.1017/S1368980017001410>

Maia E et al. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. *Public Health Nutrition*, 23(4): 579-588. 2020. <https://doi.org/10.1017/S1368980019003586>

McMichael P. Regimes alimentares e questões agrárias - 1ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

Mendonça RdeD et al. Monotony in the consumption of fruits and vegetables and food environment characteristics. *Revista de Saúde Pública*, 53 63. 2019. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000705>

Menezes MC et al. Local food environment and fruit

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

- and vegetable consumption: an ecological study. *Preventive Medicine Reports*, 5:13-20. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2016.10.015>
- Menezes MC et al. Promoting fruit and vegetable consumption: methodological protocol of a randomized controlled community trial. *Contemporary Clinical Trials Communications*, 10:131-136. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.conctc.2018.04.003>
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Feiras Orgânicas e Agroecológicas da Amazônia. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercados-verdes-e-consumo-sustentavel/outras-publicacoes/feiras-organicas-e-agroecologicas-da-amazonia/view>
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercados-verdes-e-consumo-sustentavel>
- Ministério da Cidadania. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_T%C3%A9cnico_Mapeamento_Desertos_Alimentares_Final_30_10_2019\(1\).pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_T%C3%A9cnico_Mapeamento_Desertos_Alimentares_Final_30_10_2019(1).pdf)
- Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Ações Educacionais. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Execução do PNAE durante a pandemia. Brasília: FNDE, 2021. https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_PNAEmtemposde pandemia.pdf
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>
- Niederle PA, Wesz Junior WJ. As novas ordens alimentares. Editora da UFRGS. 2018. <http://hdl.handle.net/10183/213226>
- Nogueira LR et al. Access to Street Markets and Consumption of Fruits and Vegetables by Adolescents Living in São Paulo, Brazil. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(3):517. 2018. <https://doi.org/10.3390/ijerph15030517>
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. Tabela brasileira de composição de alimentos. Campinas: NEPA-UNICAMP, 2004. <https://www.nepa.unicamp.br/taco/tabela.php?ativo=tabela>
- Nutrinet Brasil. <https://nutrinetbrasil.fsp.usp.br/>
- Oliveira N et al. Baixa variedade na disponibilidade domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil: dados das POF 2008-2009 e 2017-2018. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2020. <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/baixa-variedade-na-disponibilidade-domiciliar-de-frutas-e-hortalicas-no-brasil-dados-das-pof-20082009-e-20172018/17793?id=17793>
- Peeters A. Obesity and the future of food policies that promote healthy diets. *Nature Reviews Endocrinology* 14, 430–437. 2018. <https://doi.org/10.1038/s41574-018-0026-0>
- Pessoa MC et al. Availability of food stores and consumption of fruit, legumes and vegetables in a Brazilian urban area. *Nutrición Hospitalaria*; 31(3):1438-1443. 2015. <https://doi.org/10.3305/nh.2015.31.3.8245>
- Pulz IS et al. Are campus food environments healthy? A novel perspective for qualitatively evaluating the nutritional quality of food sold at foodservice facilities at a Brazilian university. *Perspectives in Public Health*; 137(2):122-135. 2017. <https://doi.org/10.1177/1757913916636414>
- Schneider S, Schubert MN, Escher F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*, 1(1):3. 2016. <https://dx.doi.org/10.21575/25254790rmm2016vol1n1134>
- Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira. <https://sibbr.gov.br/>
- Swinburn B, Egger G, Raza F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Preventive Medicine*, 29(6 Pt 1):563-70. 1999. <https://doi.org/10.1006/pmed.1999.0585>
- Swinburn B et al. INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. *Obesity Reviews*. Suppl 1:1-12. 2013. <https://doi.org/10.1111/obr.12087>

Swinburn B, et al. Monitoring and benchmarking government policies and actions to improve the healthiness of food environments: a proposed Government Healthy Food Environment Policy Index. *Obesity Reviews*. Suppl 1:24-37. 2013. <https://doi.org/10.1111/obr.12073>

Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TBCA). Universidade de São Paulo (USP). Food Research Center (FoRC). Versão 7.1. São Paulo, 2020. <http://www.fcf.usp.br/tbca>

Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado. <https://tribunaldocerrado.org.br/>

Turner C et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: a global framework with implications for action in low- and middle-income countries. *Global Food Security*, 18:93-101. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2018.08.003>

Welt Hunger Hilfe. Covid 19: the current health crisis could trigger a food crisis. 2020. <https://www.welthungerhilfe.org/news/publications/detail/covid-19-the-current-health-crisis-could-trigger-a-food-crisis>

Wilkinson J. O Estado, a agricultura e a pequena produção. Centro Edelstein: 2008. <https://doi.org/10.7476/9788599662717>



OPAS



**Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura**



**Programa
Mundial de
Alimentos**
Centro de Excelência
contra a Fome

**MINISTÉRIO DA
SAÚDE**